



**conferência  
nacional de  
saúde**

relatório final  
ministério da saúde

**presidente da  
v conferência nacional de saúde**

**sua excelência dr. paulo de almeida machado  
ministro de estado da saúde**

**abertura**

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O SENHOR PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA V CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE SAÚDE

Brasília, em 5 de agosto de 1975.

Congratulo-me com os participantes desta Conferência, que se realiza em uma etapa muito significativa para a área da Saúde, no Brasil.

A preocupação central com o bem-estar do homem brasileiro, que reiteradamente tenho destacado como diretriz do esforço de planejamento e de realização do Governo, concretizou-se num conjunto de medidas que terão grandes repercussões no quadro institucional, nos mecanismos operativos e no comportamento funcional do sistema público de serviços de saúde. Essas medidas subordinam-se à estratégia aplicada ao setor mais geral do desenvolvimento social, que tem como ponto de convergência, de ações coerentemente integradas, a valorização dos recursos humanos da Nação.

A importância da política social do Governo traduz-se, concretamente, na atribuição a essa área de elevada dotação de recursos financeiros, no programa de investimentos previsto no II PND.

O orçamento social tem aí a primeira colocação, em valor, e os projetos e atividades vinculados à proteção e recuperação da Saúde, considerados entre eles o saneamento básico e a nutrição, contarão com aportes da ordem de cento e dez bilhões de cruzeiros, durante o quinquênio de 1975 a 1979.

O resultado da aplicação de dispêndios tão elevados será, ademais, aumentado em consequência do melhor desempenho do Setor, por influência das medidas mencionadas.

Assinalo, a propósito e com destaque, a recente constituição do Sistema Nacional de Saúde - um dos temas desta Conferência.

Nos últimos decênios, caracterizou-se a insuficiência de coordenação e de entrosamento entre entidades e agentes de saúde como causa responsável, em parte, pela baixa produtividade global do Setor. O reconhecimento dessa falha orientou o Governo no sentido de fixar, prioritariamente, uma nítida definição do quadro institucional vigente. Para tanto, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto hoje já transformado na Lei nº 6.229, de 17 de julho último.

A natureza esclarecedora da nova lei não implica na adoção, pelo Governo, de uma atuação institucional compartimentada. Na realidade, a ação eficiente de defesa da saúde supõe medidas de prevenção e proteção, bem como de cura e reabilitação, que configuram um espectro difuso. Daí a concepção de integração do sistema, cujos contornos são explicitados para facilitar e estimular a tomada de decisões e iniciativas, inclusive, se necessário, em nível superior, através de mecanismos coordenadores, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social.

Por outro lado, também cabe ressaltar que as funções de saúde envolvem responsabilidades e deveres que abrangem a sociedade como um todo. A ação do poder público, nas três esferas governamentais em que se desdobra, combinar-se-á portanto com a atuação da comunidade, num fecundante processo de interação que levará ao aperfeiçoamento crescente do sistema.

Como exemplo recente desse modelo operacional pode ser destacada a Campanha Nacional de Combate à Meningite, que autorizei em fins do ano passado. Mobilizaram-se contra a moléstia recursos materiais e humanos da União, dos Estados e dos Municípios, assumindo a autoridade federal, como era do seu dever, o planejamento e a supervisão das operações, bem como o ônus financeiro principal. A população atendeu em massa à convocação do Governo, demonstrando, em grau significativo, virtualidades de consciência e disciplina sanitárias.

A viabilidade de mecanismos operacionais integradores, como esse que venho de mencionar, com maior apelo à mobilização social, abre um vasto potencial de trabalho para

as ações de Saúde, em todas as suas modalidades. É possível, assim, acreditar-se no êxito de projetos semelhantes, ou ainda mais ousados, que estão sendo implantados ou em estudo.

Entre eles, cito o Plano Nacional de Saneamento, cuja reformulação foi aprovada em abril último, e pelo qual serão mobilizados recursos e mecanismos capazes de proporcionar, em cinco anos, o atendimento de mais de oitenta por cento da população urbana com água potável, e parcela substancial com serviços adequados de esgoto. Esta considerável redução do déficit nacional de saneamento básico importará na correspondente eliminação de um dos mais influentes fatores de morbidade em nosso país.

A constante ampliação e melhoria do atendimento médico individual está sendo realizada no campo da Previdência Social. A complexidade do problema justifica a meticulosidade dos atuais estudos para dar maior envergadura ao programa existente.

No campo da Saúde pública, a inovação tecnológica para o combate às grandes endemias, a dinamização e diversificação do programa de imunizações em massa, a organização de um sistema nacional de vigilância epidemiológica, a interiorização da ação sanitária — são alguns temas representativos desta nova atitude dos responsáveis pela política de Saúde, que tem na cooperação instrumento fundamental de atuação.

Ainda há pouco, autorizei a aplicação de trezentos milhões de cruzeiros, adicionais, à conta dos "Encargos Gerais da União", para projetos especiais coordenados pelo Ministério da Saúde, na linha acima sumariada. Quinze projetos, selecionados pela repercussão que deverão produzir, agrupam-se em quatro áreas classificadas como: Serviços básicos de assistência sanitária a populações periféricas; Programa estratégico de controle de grandes endemias; Controle de ondas epidêmicas cíclicas; Infra-estrutura técnico-científica para embasamento das ações de Saúde pública.

A atualização da pesquisa, que constitui o último item citado, representa o traço de união com a Política Na-

5.

Acompanharei com interesse os estudos e conclusões desta Conferência. O enriquecimento do acervo de conhecimentos que proporciona, ao Governo, um equacionamento mais esclarecido da problemática nacional de Saúde, é o que espero dos trabalhos iniciados com esta solenidade.

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para a indispensável modernização do aparelho produtor de serviços de Saúde. Combinam-se neste programa a dinamização da investigação médico-científica, a mobilização experimental de tecnologias inovadoras para o combate de doenças, e a capacitação em alto nível de recursos humanos especializados. A recuperação da Fundação Oswaldo Cruz, instituição de prestígio internacional, representa, ao mesmo tempo, pré-condição e consequência deste programa.

Em que pese aos êxitos alcançados e esperados, sei que persistem problemas antigos, muitos dos quais esperamos solucionar. Endemias rurais, geograficamente circunscritas, tendem a difundir-se em outras regiões e mesmo em certas áreas urbanas. Males carenciais, na imensa maioria identificados como de subnutrição, debilitam uma parcela ampla da população, facilitando a ação mórbida de agentes mais virulentos. Fatores ambientais perniciosos agravam este perfil sanitário desfavorável, que tem, nos ainda elevados índices de mortalidade infantil, o corolário mais pungente.

Estes dramáticos reflexos de pobreza social e individual estão sendo enfrentados com os meios que a experiência e a imaginação criadora podem oferecer. O grande desenvolvimento econômico que temos usufruído, na sucessão dos últimos seis anos, elevou a renda nacional a níveis que facultam disponibilidade financeira para um programa de investimentos sociais envolvendo cerca de setecentos e sessenta bilhões de crus zeiros, em cinco anos, e sem o maior risco de limitação imprudente nos investimentos diretamente produtivos. Este mesmo crescimento da economia elevou a renda per capita dos brasileiros a um valor que nos aproxima progressivamente do chamado mundo desenvolvido, colocando ao alcance de segmentos cada vez mais amplos da coletividade, a possibilidade de beneficiarem-se, sem paternalismo, dos resultados daqueles investimentos sociais. E, assim, de absorverem plenamente as novas conquistas tecnológicas e científicas no campo médico-sanitário, e de integrarem-se ativamente no modelo operacional que se estabelece para o Setor.



DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O SENHOR MINISTRO  
DE ESTADO DA SAUDE, PROFESSOR PAULO DE ALMEIDA MACHADO,  
POR OCASIAO DA ABERTURA DA V CONFERENCIA  
NACIONAL DE SAUDE

Brasília, em 5 de agosto de 1975.

Sob a honrosa presidência do Chefe da Nação, instala-se hoje a V CONFERENCIA NACIONAL DE SAUDE, em obediência ao decreto 75.409 de 25 de fevereiro de 1975, através do qual houve por bem o Senhor Presidente da República convocar esta reunião.

Somos todos profundamente gratos ao Presidente Ernesto Geisel pela distinção que nos confere, neste gesto de alta deferência para com o Sistema Nacional de Saúde.

Honram-nos também com sua presença os Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado integrantes do Conselho de Desenvolvimento Social e cujos representantes irão participar dos trabalhos da V CONFERENCIA NACIONAL DE SAUDE, em mais uma demonstração de coesão e unidade, de sintonia interministerial operante conforme recomendado pelo Presidente Ernesto Geisel.

Distingue-nos sobretudo a presença ilustre do Chanceler do Brasil, o Ministro Azeredo da Silveira, a cuja hospitalidade fidalga se devem as facilidades para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

Consideramos também um privilégio contar com a presença do Dr. Héctor Acuña, Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana, que, logo no início de seu mandato vem conhecer o Sistema Nacional de Saúde brasileiro, colhendo pessoalmente informações úteis ao bom planejamento de ações sanitárias em

colaboração fraterna com as nações amigas do Continente que têm problemas de saúde comuns.

Das mais significativas é a presença dos senhores parlamentares, integrantes da Comissão de Saúde do Senado e da Câmara dos Deputados. Animados do melhor espírito público, souberam nestes últimos 15 meses, manter com o Ministério da Saúde um diálogo inteligente e construtivo, durante o qual a unanimidade na defesa do interesse público não requereu sacrifício das diferenças partidárias e o calor na defesa dos pontos de vistas de cada um, não impediu jamais uma posição construtiva.

É sumamente grata a presença dos Senhores Secretários de Saúde de todas as Unidades Federadas, de Roraima ao Rio Grande do Sul e dos senhores componentes do Egrégio Conselho Nacional de Saúde, representantes de Universidades e dos dirigentes de órgãos do Ministério da Saúde em todo o território nacional.

Reunimo-nos na data magna da saúde pública brasileira, o dia de Oswaldo Cruz, tendo sempre presente o lema de nosso patrono: não esmorecer, para não desmerecer.

Lembramo-nos ainda que neste ano comemorase o 75º aniversário do Instituto Oswaldo Cruz, marco histórico da introdução da medicina experimental no Brasil.

É também este o ano do cinquentenário do falecimento de Emílio Ribas, o primeiro sanitarista do Brasil, que já no século passado erradicava a febre amarela em Campinas, Sorocaba e Jaú.

Ano propício à rememoração das tradições gloriosas da saúde pública brasileira, das lições de civismo, dedicação, tenacidade, eficiência, sabedoria e humildade, com que, aqueles que nos precederam conseguiram, com os poucos recursos da época, livrar vastas extensões do País, de moléstias pestilenciais, ceifando cada ano milhares de vidas.

O passado, tão rico em inspiração, merece ser revivido no momento presente, quando um horizonte mais amplo se

abre diante da saúde pública brasileira em virtude de inovações no campo institucional criando novas perspectivas de eficiência e produtividade.

É preciso reconhecer que, em apenas 16 meses de Governo, o Presidente Ernesto Geisel propiciou à saúde condições inéditas para uma ação eficaz.

O primeiro passo, foi a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, o que permitiu ao Ministério da Saúde concentrar-se em sua ação normativa e nas ações de interesse coletivo, conforme sua vocação.

Seguiu-se a criação das Coordenadorias Regionais de Saúde, facilitando a descentralização e estabelecendo o traço de união que faltava, entre o Planejamento do Desenvolvimento Sócio-Econômico Regional e os Planos de Saúde.

O próximo grande passo foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, conferindo operacionalidade à sintonia interministerial. E, a 17 de julho deste ano, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sancionava a Lei 6.229, organizando racionalmente um sistema de saúde espontâneo e institucionalizando o Sistema Nacional de Saúde.

Foi uma série expressiva de inovações em rápida sucessão, que modificaram substancialmente o quadro. Novos instrumentos foram colocados à disposição da Saúde Pública, melhorando sua capacidade de ação e, portanto, aumentando suas responsabilidades.

É o momento de nos reunirmos para encarar os encargos maiores deste presentetão promissor e reunimo-nos inspirados nas generosas tradições de saúde pública brasileira.

De acordo com a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 que instituiu a Conferência Nacional de Saúde, esta Conferência deverá realizar-se a intervalos máximos de dois anos, sendo enumerados os seus participantes: autoridades administrativas representando o Ministério da Saúde e o Governo dos Estados, Territórios e Distrito Federal e convidados especiais do Ministério da Saúde.

Este ano, levando em conta a institucionalização do Sistema Nacional de Saúde, foram convidadas representantes dos Ministérios integrantes do Conselho de Desenvolvimento Social.

De acordo com o artigo 90 daquele diploma legal, a Conferência destina-se a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à Saúde, realizadas em todo o País, e a orientar a execução dos serviços locais.

Limitando as exposições verbais e evitando atividades meramente discursivas, o Programa da Conferência prevê a constituição de 14 grupos de trabalho, com não mais de 15 participantes em cada grupo e que, reunindo-se isoladamente, discutirão os cinco temas prioritários eleitos para esta Conferência. Serão consideradas questões de política e de administração sanitária, buscando-se o desenvolvimento do nível local, o aprimoramento das vias de intercomunicação, a uniformização dos métodos de avaliação, sem preocupações casuísticas.

Esperamos que daquelas discussões resultem subsídios valiosos para a gradual regulamentação da Lei 6.229 e para a elaboração da Política Nacional de Saúde a ser submetida ao Conselho de Desenvolvimento Social dentro dos próximos 10 meses.

O programa é intenso e concentrado, como o requerem as grandes responsabilidades inerentes ao privilégio que temos todos nós de viver o momento atual e participar da implantação das inovações institucionais que vieram racionalizar as ações de saúde no Brasil.

Este é um momento oportuno para repetir as palavras do Presidente Ernesto Geisel:

Que se queira e se saiba unir esforços, dedicações e vontades, despidas de todas as motivações egoístas, intenções subalternas ou propósitos demagógicos, para que solidários possamos impulsionar decididamente este grande e promissor país aos altos destinos que lhe são reservados.

Que Deus nos faça dignos de viver este momento.

**comissão organizadora**

presidente: Ernani Agrícola  
vice-presidente: João Yunes  
1º secretário: Maria Stella Winge  
2º secretário: HÉlio Pereira Dias  
1º tesoureiro: José Agripino Mendes  
2º tesoureiro: Amaro Luiz Alves  
Relator: Bichat de Almeida Rodrigues

membros

José Carlos Seixas  
Sergio Raymundo Negrão de Souza Franco  
Hugo Vitorino Alquéres Baptista  
Roberto Raphael Weber  
João Bosco Salomon  
Rawlinson Nunes Mourão

**introdução**

## INTRODUÇÃO

A V Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Decreto nº 75.409, de 25 de fevereiro de 1975 e regulamentada pela Portaria nº 235 de 3 de junho de 1975, foi instalada pelo Exmo. Sr. Presidente da República às 10:00 horas do dia 5 de agosto de 1975, no Palácio Itamaraty em Brasília, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, da Saúde e dos demais Membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social. Presentes representantes do Senado e da Câmara Federal e outras altas autoridades do país.

O Governo, ao selecionar os cinco temas trazidos à consideração dos participantes, busca identificar e definir os problemas em pauta, para encontrar a melhor forma de encaminhar e implementar os programas, atividades e tarefas que conduzam à integração de esforços e ações, orientados por política de trabalho bem definida, da qual participem os órgãos e entidades do poder público de todos os níveis, assim como organizações privadas, voltados todos para o esforço comum e solidário em benefício da comunidade.

Participaram dos trabalhos da Conferência 217 delegados, 77 observadores e como convidado especial o Dr. Hector Acuña, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde.

Foram realizadas 7 sessões plenárias, tendo sido a primeira e a última, presididas pelo Sr. Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado.

Os participantes foram distribuídos em 14 grupos de trabalho para discutir cada um dos 5 temas constantes



da Agenda, tendo como Relatores especiais os seguintes participantes:

Tema I - Dr. Antonio Carlos de Azevedo

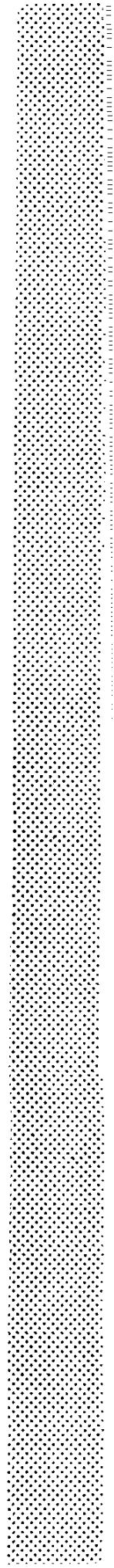
Tema II - Dra. Celia Maria de Almeida Brunoro

Tema III - Dr. José da Silva Guedes

Tema IV - Dr. Agostinho da Silva Marques

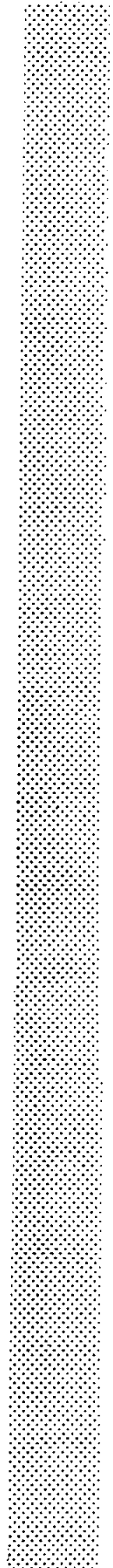
Tema V - Dr. Abel Tenório de Souza Rocha

**conclusões e recomendações**



# tema: 1

implementação do sistema  
nacional de saúde



## TEMA I

### SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

A inclusão deste tema para discussão buscou orientar a aceitação das atividades de saúde como partes de um sistema geral de saúde, em que se anulem a competição, as rivalidades e as lutas entre instituições que prestam serviços de saúde, visando a proporcioná-los em quantidade e qualidade suficientes tanto a pessoas quanto à coletividade.

A necessidade crescente de serviços médico-assistenciais de melhor qualidade com aumento do número de pessoas a atender; a necessidade de organizar serviços que atendam aos problemas de saúde dos grupos economicamente ativos da população; a complexidade crescente na forma de atender a esses requisitos e o seu custo em ascensão permanente, são algumas das razões que impuseram a inclusão deste tema.

As estruturas funcionais do sistema, com os seus deveres e responsabilidades bem definidos, guardarão as suas linhas de ação harmônica para evitar duplicações, interferências e reduzir ao mínimo as deficiências, sem compartimentos isolados ou estanques.

As modificações continuadas a que estão sujeitos os serviços de saúde do país, como resultado dos programas de desenvolvimento econômico-social e dos avanços tecnológicos, diversificando os campos de ação, justificaram e impuseram a necessidade de organizá-los em um sistema, coordenando ações que até então se processavam de forma individualizada acarretando freqüentemente a duplicação de serviços, instalações e atividades.

O Conselho de Desenvolvimento Social, sob a Presidência do Exmo. Sr. Presidente da República, integrado pelos Ministros das Pastas mais diretamente responsáveis pelas ações de saúde, é o órgão disciplinador do sistema compatibilizador de programas, tendo por objetivo conjugar esforços e recursos

da União, dos Estados e dos Municípios.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento do país (1975 - 1979) define as necessidades a serem prioritariamente atendidas no Setor Saúde e o Plano Decenal de Saúde para as Américas, com os objetivos e metas aprovados na III Reunião dos Ministros de Saúde das Américas, orienta sobre os programas prioritários a serem executados pelo Sistema Nacional de Saúde.

Os participantes da V Conferência Nacional de Saúde de apreendendo bem as diretrizes que o Governo do Brasil pretende imprimir à política e à execução das atividades de saúde a se integrarem no sistema nacional, após amplos debates, chegaram às seguintes Conclusões e Recomendações.

## TEMA I

### SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

#### 1a. Parte

#### Conclusões e recomendações

1. Foram identificados bloqueios referentes a:
  - a) Indefinição de políticas que tracem diretrizes e fixem objetivos para as diferentes instituições e programas de saúde.
  - b) Duplicação programática a nível operacional.
  - c) Ausência de coordenação entre os diversos níveis de Governo, assim como descoordenação inter e intrasetorial.
  - d) Ausência de compatibilização programática a nível regional.
  - e) Falta de informação adequada e mecanismos institucionais que possibilitem o conhecimento das necessidades básicas da população.

Considerando os bloqueios referidos recomenda:

- a) Programação adequada das atividades. Aprimoramento da formação profissional.
- b) Concessão de incentivos salariais.
- c) Instituição de mecanismos de integração da informação.
- d) Estabelecimento, a nível nacional, de coordenação ativa dos programas das instituições participantes do Sistema Nacional de Saúde.

2. O delineamento de uma Política de Saúde é importante para a implantação do Sistema para que se estabeleçam objetivos comuns.

As diretrizes existentes, implícitas ou explícitas

explícitas, não são suficientemente claras para possibilitar atuação conjunta e harmônica de todos os agentes e órgãos que operam no setor. Essa Política deve estar compatibilizada com a Política Global do Governo e com os objetivos sócio-econômicos expressos no II PND.

Para tanto, tal Política deve atender ao seguinte:

- a) Compatibilizar as ações de Saúde com a Política de Desenvolvimento Social.
- b) Fixar diretrizes que permitam a regulamentação das áreas de responsabilidade dos poderes públicos.
- c) Fixar diretrizes que permitam a compatibilização dos programas dos diferentes níveis da Administração Pública (estadual e municipal) às diretrizes do II PND e dos planos de saúde de correntes do mesmo, com vistas à ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, em termos geográficos e de níveis de atendimento (promoção, prevenção, cura e reabilitação).
- d) Orientar a programação das atividades com vistas à regionalização, atendendo às necessidades de serviços de complexidade crescente.
- e) Fixar diretrizes que possibilitem a avaliação dos programas de saúde.

3. Necessidade de selecionar modelos de sistemas que, adequando a implantação do Sistema Nacional de Saúde à realidade existente, possibilite o seu desenvolvimento de forma harmônica e eficaz, com ênfase no subsistema de informação, nos mecanismos de compatibilização financeira, bem como na execução dos programas de saúde em forma sistêmica.

4. Considera haver necessidade de que os elementos conceituais básicos da teoria de sistemas sejam difundidos, especialmente entre os responsáveis pelo planejamento e administração dos serviços de saúde.

Recomenda a realização, a curto prazo, de seminários e cursos intensivos a nível regional, com participação ampla dos órgãos envolvidos, focalizando especialmente as peculiaridades sanitárias regionais segundo o enfoque sistêmico, visando a proporcionar difusão imediata dos conhecimentos indispensáveis à implantação do Sistema.



## TEMA I

### SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

#### Conclusões e recomendações

#### 2a. Parte

##### 1. Delimitação de áreas e Implantação do Sistema.

Considera necessária a delimitação de áreas de atuação a nível federal, desde que associada a uma eficaz coordenação interministerial. Essa coordenação deve ser efetuada em todos os níveis da administração até constituir-se, a nível de execução, em verdadeira integração. A finalidade dessas medidas é a eliminação de paralelismos e duplicações com óbvias e indesejáveis consequências na operação do sistema.

##### 2. Contribuições dos Órgãos Centrais do Sistema.

Recomenda que por parte dos órgãos centrais haja a fixação de diretrizes, normas, prioridades, definição de níveis de apoio e de incentivos técnicos e financeiros, aos órgãos estaduais e locais, bem como contribuição à formação de recursos humanos.

Recomenda estender as ações coordenadas a nível central, aos níveis estadual e municipal, especialmente no que refere à utilização dos recursos próprios destes níveis a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios.

Que sejam utilizados e reforçados os órgãos existentes que já realizam atividades de coordenação e de execução integral e integrada de serviços de saúde.

##### 3. Contribuições dos Órgãos Estaduais e Municipais do Sistema.

Recomenda a compatibilização e mútua colaboração dos órgãos a nível estadual e local, de molde a facilitar sua

Integração às diretrizes federais do Sistema.

Recomenda ainda que os municípios reforcem seus serviços de saúde, complementando as ações dos órgãos de outros níveis e integrando-se ao sistema, quer nos aspectos de programação, quer nos de execução.

Recomenda a aprovação por parte dos estados e municípios de legislação específica que promova sua integração mais eficaz ao Sistema, especialmente no que se refere a aspectos financeiros.

Recomenda ainda o fornecimento aos níveis centrais de informações compatíveis no referente a estatísticas vitais, epidemiológicas, operacionais e de custos, viabilizando assim a retro-alimentação indispensável ao funcionamento harmônico do Sistema.

Recomenda finalmente, que o setor privado seja progressivamente integrado ao Sistema, em contrapartida aos benefícios técnicos e financeiros que recebe do poder público. Essa integração deverá se realizar em termos de observância de normas e diretrizes assim como fornecimento de informações, de tal forma que todas as atividades de saúde que se exerçam no país sejam progressivamente integradas ao Sistema Nacional de Saúde.

#### 4. Conveniência do prosseguimento da discussão do tema.

Recomenda o prosseguimento das discussões sobre o tema nos diversos níveis administrativos objetivando:

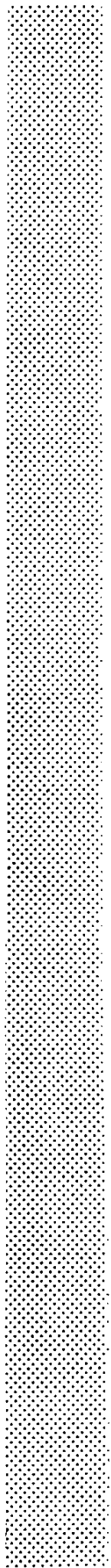
- esclarecimento dos participantes do sistema em todos os níveis, bem como da coletividade.

- ampla contribuição à regulamentação da lei 6.229 de 19.07.75.

Que os órgãos promotores dos debates sejam principalmente as Secretarias de Estado de Saúde e os órgãos municipais correspondentes, sem excluir outras instituições intersadas, especialmente as Universidades.

# tema: 2

programa de saúde  
materno - infantil



## TEMA II

### PROGRAMA MATERNO-INFANTIL

O tema focaliza a parcela mais vulnerável da população representando 70,98% da população total, ou o equivalente a 76.170.700 indivíduos aproximadamente.

Os coeficientes de mortalidade infantil oscilam nas capitais brasileiras desde 40,2 em Aracaju até 229,0 óbitos por 1000 nascidos vivos em Recife segundo os dados registrados pelo IBGE em 1974, sendo provavelmente mais elevados em muitas áreas, como resultado da deficiência de registro ainda existente.

Os dados conhecidos sobre a mortalidade materna, apesar de insuficientes, indicam a necessidade de melhorar as condições de atendimento adequado durante a gestação, o parto e o puerpério, para reduzir os riscos de complicações e morte materna.

A população feminina de 15 a 49 anos, isto é, mulheres em idade fértil, é estimada em 25.943.902 pessoas.

A problemática do programa materno-infantil está associada às condições de alimentação e nutrição, à prevalência das doenças transmissíveis e à insuficiente cobertura do grupo, pelos serviços de assistência materno-infantil, em especial nas áreas rurais. Fatores sociais e a má distribuição da renda "per capita" - preocupação do Governo, evidenciada no II PND - aumentam os riscos de adoecer e morrer do grupo materno-infantil, como consequência de alimentação deficiente e precárias condições de saneamento básico. O resultado dessa situação é, além da desnutrição, a existência de condições favoráveis à disseminação de doenças transmissíveis, responsáveis principais pelas causas de morte mais importantes no grupo infantil, tais como as gastroenterites, as infecções respiratórias e as doenças evitáveis por vacinação.

A importância de se estabelecer ação coordenada

está perfeitamente caracterizada na seleção dos temas em discussão nesta V Conferência Nacional de Saúde, como orientação a seguir no Programa Materno-Infantil, devido à sua interrelação com outras áreas do Setor Saúde. Conjugando esforços é possível prosseguir buscando os objetivos e metas recomendados na Reunião de Punta del Este em 1961 e reiterados na III Reunião Especial de Ministros da Saúde em 1972, com endosso do Governo do Brasil.

O Promater, implantado e implementado a partir de 1974, estendido por intermédio das Secretarias de Saúde a todo o território nacional, apresentou as bases técnicas de operação do Programa Materno-Infantil, visando à integração de atividades nesse campo e à racionalização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Após ampla discussão e proveitosa troca de pontos de vista entre os participantes, analisando os indicadores existentes e a inter-relação das diferentes áreas de ação que possam influir no encaminhamento favorável do Programa Materno-Infantil, foram aprovadas as Conclusões e Recomendações que vêm a seguir.

## TEMA II

### PROGRAMA MATERNO-INFANTIL

#### CONCLUSÕES

Foram apontados como principais dificuldades à im-  
plantação do programa os seguintes itens:

- 1 - Pluralidade de instituições e órgãos atuantes no setor.
- 2 - Heterogeneidade das ações produzidas pelas diferentes instituições que agem no setor, usando modelos programáticos diferentes, que dificultam a avaliação a nível central e local.
- 3 - Deficiência qualitativa e quantitativa dos recursos humanos disponíveis.
- 4 - Distribuição de recursos financeiros sem adequado controle da aplicação e avaliação de resultados.
- 5 - Precariedade da infra-estrutura dos serviços materno-infantis para atender às suas necessidades específicas.
- 6 - Inexistência de programação integrada com identidade de objetivos.
- 7 - Ausência de normas técnicas aplicáveis aos vários níveis.
- 8 - Deficiência de um bom sistema de informação consequente a:
  - 8.1 multiplicidade de entidades envolvidas em atenção materno-infantil, com diferentes processos de informação;
  - 8.2 insuficiente registro de dados;
  - 8.3 bloqueios nos fluxos de informação tanto em sentido ascendente como em retorno;
  - 8.4 multiplicidade de dados coletados e complexidade de modelos a serem preenchidos nos dife-

diferentes níveis;

- 8.5 falta de pessoal preparado para o preenchimento de modelos.
- 9 - Conhecimento deficiente da problemática de saúde do grupo materno-infantil.
- 10 - Barreiras sócio-econômico-sociais reduzindo a eficiência e eficácia do programa.

### RECOMENDAÇÕES

- 1 - Adequação do programa às realidades locais ou regionais.
- 2 - Dar ao programa materno-infantil a prioridade necessária.
- 3 - Discussão do programa nos diferentes níveis, antes da sua aplicação.
- 4 - Adotar o modelo operacional proposto, como padrão mínimo, em todos os níveis, como garantia da aplicação das normas técnicas estabelecidas.
- 5 - Estabelecer mecanismos de supervisão, controle e avaliação, de forma a permitir o processo contínuo de coordenação.
- 6 - Promover a compatibilização das ações destinadas à área materno-infantil, a nível federal, estadual e municipal.
- 7 - Desenvolver esquema adequado de regionalização das instituições que já participem do programa ou que venham a ser nele integradas, a fim de assegurar a otimização do seu uso.
- 8 - Cadastro dos órgãos e entidades atuantes na área materno-infantil.
- 9 - Formação de pessoal de nível universitário e auxiliar para atender às diversas atividades do programa.
- 10 - Disciplinaçãõ da aplicação dos recursos distribuí-

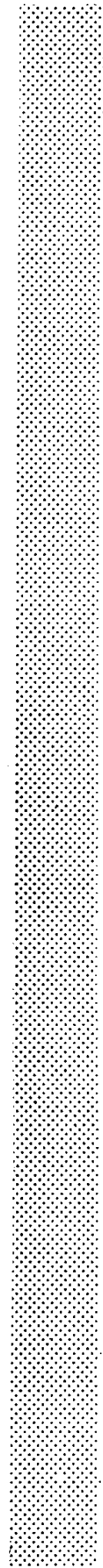
dos.

- 11 - Criação de um sistema eficiente de informação.
- 12 - A participação da comunidade foi reconhecida como de vital importância, sendo imprescindível para obtê-la:
  - 12.1 identificação das legítimas lideranças locais;
  - 12.2 utilização permanente dos meios de comunicação coletivos;
  - 12.3 aproveitamento dos programas comunitários existentes;
  - 12.4 institucionalização de programas comunitários que visem à organização e ao desenvolvimento da comunidade;
  - 12.5 respeitar os preceitos de natureza sócio-cultural da comunidade.



# tema: 3

sistema nacional de  
vigilância epidemiológica



## TEMA III

### SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Os progressos alcançados desde a Reunião de Punta del Este foram significativos logrando-se erradicar a varíola e reduzir a área e a população exposta à malária, de forma digna de admiração.

As doenças transmissíveis, entretanto, continuam a representar a principal causa de óbito da população infantil, entre as quais se destacam, além das gastroenterites e das doenças respiratórias, as enfermidades controláveis por vacinação, como o sarampo, a coqueluche, o tétano, a difteria, a tuberculose e mais recentemente a meningite meningocócica.

A partir de 1950 e principalmente depois da XXI Assembléia Mundial da Saúde, quando a "Vigilância Nacional e Universal das Doenças Transmissíveis" foi tema das discussões técnicas daquela Assembléia em 1968, a vigilância epidemiológica evoluiu, de uma relacionada apenas ao indivíduo doente e poderíamos dizer, quase policial, para um sentido dinâmico e mais eficiente.

Dispensando o critério individualista passou a investigar e relacionar entre si, os fatores que podem influir ou determinar a existência e disseminação de casos de doença transmissível ou seja, além do agente etiológico, todos os fatores contributivos como os relativos ao hospedeiro, os vetores, o meio ambiente, as condições sócio-econômicas correlatas e outros que possam propiciar a difusão da doença na comunidade.

A vigilância epidemiológica é uma atividade contínua, que compreende a compilação sistemática da informação, seu estudo e avaliação para conhecimento e uso das autoridades responsáveis pelas decisões a tomar, no que se refere às medidas de controle, inclusive vacinação, quando indicada.

A estratégia do Programa de Erradicação da Varíola no Brasil teve, na vigilância epidemiológica, seu elemento essencial de sucesso e foi ela a base original do sub sistema ora em implementação para outras doenças transmissíveis. Houve exemplos no Brasil, em que as atividades de vigilância epidemiológica da varíola, partindo de apenas uma notificação, rastream-se até 40 casos que ficariam desconhecidos, como ocorreu em Telêmaco Borba, no Estado do Paraná.

A tríade informação-decisão-controle, bem evidenciada no documento de trabalho, caracteriza as atividades básicas, a metodologia e as etapas a seguir. Atualmente, a vigilância epidemiológica é falha ou inexistente em muitas áreas, por escassez ou carência de epidemiologistas, falta de laboratórios qualificados para diagnóstico e falta de informação, por não existir um sistema de coleta, registro, consolidação, análise, avaliação e distribuição da informação, com as recomendações resultantes. Situação idêntica se observa em relação à vigilância das zoonoses.

O fluxo emperrado entre a obtenção da informação e a tomada de decisão é outro fator que debilita ou anula o processo. Isto será tanto mais grave, quando se trata de doença de rápida disseminação, como no caso das doenças sujeitas ao Regulamento Internacional de Saúde, por exemplo a cólera. Em certos casos, tal situação decorre das deficiências de infra-estrutura, mas em outros é devida à complexidade de burocrática existente.

A institucionalização do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, para funcionar com êxito, deve re ceber, de todos os integrantes do Sistema Nacional de Saúde do país, o mais incondicional apoio.

É preciso considerar o fato de que a Vigilância Epidemiológica não pretende substituir as funções dos serviços de epidemiologia. Procura apenas enfatizar uma das grandes tarefas daqueles serviços, qual seja a de manter um estado de alerta em relação a um determinado número de agravos à saúde, para os quais dispomos de medidas efetivas de prevenção, que impõem a adoção de esquemas de prevenção.

Espera-se, com a implantação da Vigilância Epidemiológica, que as informações originadas a nível operacional, não apenas acionem medidas de controle, previamente programadas, como também, propiciem em nível superior, decisões técnico-normativas e possam, ainda, ativar e condicionar tecnicamente a decisão política. Entretanto, para que tal se concretize é indispensável que haja uma atitude mental receptiva nos diferentes níveis administrativos do país.

O Grupo apresentou as conclusões e recomendações que são apresentadas a seguir.

## TEMA III

### SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

#### Conclusões e recomendações

#### 1a. QUESTÃO

- 1) As ações dos Serviços de Epidemiologia e estatística, que geralmente estão englobados em uma estrutura única, limitam-se a atividades de estatística (coleta e processamento de dados de morbidade e mortalidade).
- 2) Desatualização das informações disponíveis, em razão de atraso na coleta e no processamento dos dados. As informações restringem-se algumas vezes, apenas às capitais de Estado.
- 3) Falta dinamicidade aos serviços de epidemiologia, uma vez que os dados não são em geral utilizados para a tomada oportuna de decisões.
- 4) Exceção feita para alguns programas verticais, pode-se dizer que de um modo geral não há programas, bem definidos, de controle de doenças transmissíveis.
- 5) Notificação deficiente, que resulta de formação profissional básica inadequada do médico quanto à saúde pública, mas também resulta da precariedade dos serviços de epidemiologia, que não geram as ações de saúde necessárias ao atendimento das notificações.
- 6) Escassez de pessoal em regime de tempo inte

Integral, em atividades de epidemiologia nas Secretarias de Saúde, ao que se acresce o indesejável desvio de técnicos para o exercício de outras funções.

- 7) Falta de autonomia dos serviços de epidemiologia, que não tem sido considerados prioritariamente pelos níveis decisórios, e que apresentam dificuldades administrativas tais como para o deslocamento de equipes (transporte, diárias, etc.).
- 8) Deficiências dos laboratórios de Saúde Pública, como mecanismos de apoio aos programas de vigilância.
- 9) Não existe vinculação em nível satisfatório entre as atividades dos Serviços de Epidemiologia e Estatística e a execução das medidas de controle das doenças transmissíveis.
- 10) Não existe difusão de informações sobre a situação epidemiológica no exterior (caso da cólera, por exemplo).
- 11) Em nível federal, há deficiente coordenação entre diversos órgãos atuantes nesta área, resultando em multiplicidade e paralelismo de solicitações às Secretarias de Saúde, dispersando esforços e confundindo os responsáveis nos Estados.
- 12) Insuficiente apoio técnico e administrativo, em caráter supletivo, aos serviços estaduais, por parte do Governo Federal.
- 13) Inexistência de normas de direito positivo, atualizadas, que estabeleçam obrigações às pessoas e instituições, em matéria de vacinas e notificação compulsória de doenças.

2a. QUESTÃO

- 1) Estruturados os Serviços de Epidemiologia estaduais, com auxílio técnico e administrativo supletivo do Governo Federal, atendendo às particularidades locais.
- 2) Gradual ampliação e dinamização da rede de postos de notificação, dando ênfase à notificação voluntária, a exemplo do conseguido pela campanha de erradicação da malária.
- 3) Proporcionar pronta resposta às notificações recebidas, o que é indispensável para manter o interesse do notificante.
- 4) Proporcionar aos profissionais de saúde facilidade para a confirmação laboratorial de casos suspeitos de doenças transmissíveis.
- 5) Estabelecer normas para o controle e a avaliação dos programas.
- 6) Proporcionar o aproveitamento do pessoal técnico existente nos Estados que possuam formação em vigilância epidemiológica, e preparar pessoal auxiliar qualificado (auxiliares de epidemiologia).
- 7) Difundir informações atualizadas sobre a situação epidemiológica no país e no exterior.
- 8) Franquia postal e telegráfica, concedida por lei federal, para a notificação de casos suspeitos de doenças transmissíveis.
- 9) Integração programática dos órgãos atuantes na área da epidemiologia, com hierarquização técnica, nos diferentes níveis de governo. Vários grupos ressaltaram a neces

necessidade de que as informações de um mesmo caráter sejam consolidadas por um único órgão coordenador.

- 10) Redução do número de doenças obrigatoriamente notificáveis, as quais devem ser submetidas a investigações epidemiológicas.
- 11) Atuação do Ministério da Educação no sentido de adequar ao sistema a formação de médicos e demais profissionais na área de ciências da saúde. Também as professoras devem ser utilizadas para a notificação de casos suspeitos de determinadas doenças.
- 12) Vincular órgãos de classe ao sistema, como por exemplo à Associação Médica Brasileira.
- 13) Se possível, vincular a notificação aos pagamentos de contas da Previdência Social.
- 14) Considerando-se que a grande maioria dos atendimentos médicos é prestada por órgãos de saúde oficiais, a instituição de obrigatoriedade de notificação por tais serviços poderia representar substancial melhoria na descoberta de casos.

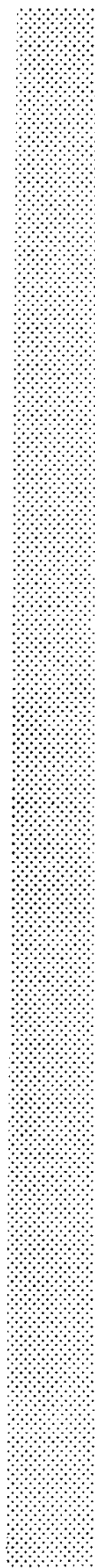
### 3a. QUESTÃO

A execução das atividades de vigilância epidemiológica deve ser de responsabilidade dos serviços usuais de Epidemiologia e Estatística das Secretarias de Saúde dos Estados. É, entretanto, indispensável a dinamização desses serviços para o que se considera fundamental: a capacitação técnica de seu pessoal e o amparo financeiro, promovidos pelos Órgãos Centrais.



# tema: 4

programa de controle  
das grandes endemias



## TEMA IV

### CONTROLE DAS GRANDES ENDEMIAS

A importância das grandes endemias está evidenciada na política de saúde do Governo, quando, na recente lei que instituiu o Sistema Nacional de Saúde, no seu artigo 3º, item I, estabelece que a União exercerá ação própria, entre outras, no combate às endemias e no controle das epidemias. Para dar maiores facilidades de operação, o Decreto 74.891 de 13 de novembro de 1974, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Saúde, estabeleceu como um dos órgãos de Administração de Atividades Específicas, a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, diretamente subordinada ao Ministro de Estado.

O Ministério da Saúde está assim habilitado a mobilizar rapidamente seus recursos para o Controle das Endemias, em atividades destinadas a atender grandes massas de população, inclusive na eventualidade de surtos epidêmicos de doenças, como a meningite, que não se incluem no grupo das grandes endemias.

Entre estas, vale destacar pela importância epidemiológica e distribuição por extensas áreas geográficas do Brasil, a Malária, a doença de Chagas e a Esquistossomose. Duas outras, sujeitas ao Regulamento Internacional de Saúde, têm uma, distribuição focal, no caso da peste e a outra está circunscrita à zona selvática, como é o caso da febre amarela, por haver sido erradicado, por primeira vez, em 1956, o *Aedes aegypti*, transmissor urbano da doença; este vetor voltou a ser erradicado em campanha recente e exitosa, após ser reintroduzido nos Estados do Pará e Maranhão.

A Peste, endemia sujeita ao Regulamento Internacional de Saúde, a partir de 1935 está limitada a focos enzooticos em áreas rurais do nordeste. Mantem-se vigilância epidemiológica das áreas endêmicas, só procedendo à profilaxia ofensiva,

devido ao seu alto custo operacional, quando são detectados indicadores de epizootia ou há ocorrência de casos humanos.

Zoonose silvestre, a ação contra a peste ficará limitada ao seu controle no ciclo doméstico. Quando se dispuser de vacina de elevado poder imunogênico poderá ser empregada para proteção da população exposta ao risco de infecção, até que a modificação das condições sociais, com melhor nível de vida dos habitantes, possibilite a melhoria da habitação.

Alcançada a erradicação do *A. aegypti*, transmissor urbano da febre amarela em 1956, o problema ficou limitado à forma selvática. É indispensável, portanto, manter vigilância eficiente nos pontos mais vulneráveis de reinfestação.

A importância da endemia chagásica resulta de sua vasta distribuição geográfica e elevada prevalência, determinando incapacitação para o trabalho nos grupos etários de 20 a 45 anos, contingente que contribui com a maior força de trabalho para as atividades agro-pecuárias. Essa endemia é fator importante como causa de "morte súbita".

A distinção entre infecção e doença merece estudo e definição clara, pelas repercussões de ordem social decorrentes. Inúmeras empresas recusam candidatos que apresentem reação positiva para doença de Chagas, criando problema social a ser considerado e evitado.

A esquistossomose é a endemia que mais tem encontrado condições para expansão e representa por isso, um dos mais importantes problemas de saúde pública do país. Portadores de *S. mansoni* oriundos de focos endêmicos, são transferidos pelas migrações para novas áreas, onde existe o molusco hospedeiro intermediário, encontrando assim, campo propício para a esquistossomose desenvolver-se em novos focos, principalmente nas áreas de irrigação ou de represas.

Dos focos originais do nordeste, onde primeiro implantou-se trazida da África, a esquistossomose alcançou o Maranhão e o Pará ao Norte, e os Estados de São Paulo e do Paraná ao Sul, além de Goiás com alguns focos circunscritos.

No Estado de Alagoas está em andamento projeto de saneamento integral, da área endêmica, compreendendo domicí-

domicílios providos de água e destino adequado de dejetos, projeto a ser devidamente avaliado no seu custo e resultados.

#### OUTRAS ENDEMIAS

O tracoma, a boubá, a leishmaniose e a filariose são outras endemias prevalentes no país e que são atendidas de acordo com os recursos disponíveis, sendo que o tracoma e a boubá, são endemias em franca regressão.

A leishmaniose exige estudo em íntima colaboração com as entidades e órgãos de investigação e pesquisa, em especial os vinculados ao Ministério da Saúde, para melhor conhecimento da leishmaniose tegumentar, principalmente devido aos freqüentes surtos epidêmicos observados ultimamente em áreas semi-urbanas. A penetração amazônica exige, igualmente, ampla pesquisa e estudo sobre essa zoonose de animais silvestres da região.

O problema das endemias rurais, portanto, assume importância especial quando se considera os projetos de incorporação de áreas da Amazônia, por exemplo, em que se instalam em regiões até então virgens ou poucos exploradas, importantes grupos populacionais provenientes de outras áreas do país.

O governo trata de mobilizar-se para controlar a possibilidade de exacerbação de endemias já conhecidas na região, ou a irrupção de surtos de doenças novas.

A malária na construção da estrada de ferro Madeira-Marmoré no início do século e, mais recentemente, a febre de Labrea e a síndrome hemorrágica de Altamira, são exemplos de ambos os casos.

Outra área em que é importante a preparação necessária para prevenir o agravamento de doenças endêmicas é com relação aos projetos de construção de represas hidrelétricas e de irrigação. O deslocamento de grande número de pessoas, sem o devido controle e orientação, poderia resultar em exacerbação de doenças como a esquistossomose, a doença de Chagas e a própria malária. A colaboração das Secretarias e outros serviços de saúde, assim como das companhias responsáveis pelas grandes obras

de engenharia ou de colonização, é importante para o conhecimento da área a trabalhar, do número de pessoas a ocupar e dos recursos médico-assistenciais disponíveis, para proporcionar aos órgãos próprios do governo, informações fundamentais para organizar as ações de controle.

Sobre o tema foram sugeridas as conclusões e recomendações que são apresentadas a seguir.

## TEMA IV

### PROGRAMA DE CONTROLE DAS GRANDES ENDEMIAS

#### Conclusões e recomendações

a) A participação das Secretarias e outros órgãos de saúde, deverá ser feita de forma programada, não com um modelo único, porém considerando a situação real dessas entidades. Tal participação poderia ser a seguinte:

b) a - pelas Secretarias de Saúde:

- integração coordenada mediante planejamento geral elaborado em nível superior;
- mobilização de recursos próprios que devem somar-se aos demais recursos dos programas de endemias;
- incrementar a notificação e vigilância das doenças endêmicas;
- motivar os serviços privados para os problemas ligados às endemias;
- desenvolver ou colaborar nas atividades de controle nos surtos epidêmicos.

b - pelos Serviços locais:

- colaborar nas atividades programadas e promover a mobilização da comunidade.

O Ministério da Saúde necessita manter, nas várias áreas endêmicas, estrutura dinâmica e operacional satisfatórias, para prover às necessidades de combate às endemias predominantes no país, até que as Secreta-

Secretarias possam assumir as atividades que lhes competem.

c) Com relação à participação das empresas responsáveis pela execução de projetos de desenvolvimento, na prevenção e combate às endemias, recomenda:

a) que sejam submetidos a exame prévio do Ministério da Saúde os projetos, para indicação das medidas recomendáveis na prevenção de endemias.

b) a criação de mecanismos junto aos órgãos de financiamento, a fim de que fique condicionada ao exame prévio do Ministério da Saúde a aprovação dos projetos.

c) a conscientização das empresas para valorizar o fator saúde e que os recursos específicos para a saúde nos projetos financiados devem ser aplicados desde a implantação dos mesmos.

d) Com relação às migrações dirigidas recomenda igualmente, que a entidade responsável deverá promover a seleção dos migrantes nas áreas de origem, fazendo inclusive a triagem e tratamento dos portadores de doenças transmissíveis.

Quanto às correntes migratórias espontâneas recomenda estabelecer vigilância epidemiológica em postos de controle estrategicamente localizados no roteiro dos migrantes e nas áreas receptoras. Caberia às Secretarias a divulgação e conscientização da população, a vigilância epidemiológica, o fluxo de informações, levantamento de dados e a integração das atividades a nível das unidades sanitárias e o financiamento de certas atividades que o Ministério está impossibilitado de atender.

Sugere que os projetos de colonização, agropecuários e de irrigação, além de outros, sejam submetidos obrigatoriamente, em sua fase de pré-inversão ao Ministério da Saúde, a fim de que sejam atendidas as exigências mínimas que impeçam a instalação ou disseminação de endemias.

Que a decisão aprovada na reunião dos Presidentes de República das Américas, em Montevideu, em 1965, deve merecer atenção especial quanto à recomendação de que "nenhum projeto de desenvolvimento deve ser aprovado sem que os pré-requisitos de saúde sejam atendidos".

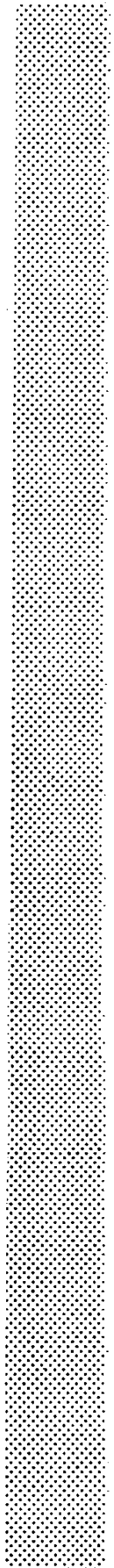
e) Recomenda, finalmente, que a participação da comunidade em programas de saúde poderá ser obtida através de:

- a) conscientização da população quanto aos benefícios das ações integradas;
- b) orientação dos líderes da comunidade;
- c) utilização, tanto quanto possível, dos professores, principalmente os de 1º grau, considerando que eles tem oportunidades para contribuir na instrução sanitária de considerável parcela da comunidade.



# **tema: 5**

**programa de extensão das ações  
de saúde às populações rurais**



## TEMA V

### EXTENSÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE AS POPULAÇÕES RURAIS

Cerca de 50% da população do país vive em pequenas comunidades, em condições tipicamente rurais, apresentando uma estrutura jovem e com taxas de natalidade elevada. Nessas áreas rurais o desemprego ou os salários baixos; o analfabetismo elevado; o deficiente grau de nutrição e a insuficiência ou ausência quase completa de serviços de saúde por precariedade de recursos humanos e financeiros, produzem êxodo continuado para os centros urbanos, em busca de maiores recursos, em especial para as regiões industrializadas, criando a ruralização urbana e seus problemas decorrentes.

Estão entre as metas do Governo o desenvolvimento nacional, com humanização da distribuição da renda; a incorporação do planalto central e da Amazonia à economia nacional, e, em destaque, como objetivo maior de todo o planejamento nacional, o homem brasileiro. É indispensável, pois, fazer chegar a essa parcela apreciável da população que vive em áreas rurais, e à qual caberá destacada participação no setor agrícola e na colonização de novas áreas, um mínimo de prestação de serviços de saúde. A isso se propõe o Governo e o Ministério da Saúde apresentou o tema à V Conferência Nacional da Saúde.

A programação de tais serviços estabelecerá as prioridades dos seus vários componentes, entre os quais se destacam: Assistência médica ambulatorial; assistência materno-infantil; saneamento básico; controle de doenças transmissíveis, - inclusive vacinação e unidades de notificação - e registro de estatísticas para atividades de saúde.

Seria utópico imaginar que a extensão das ações de saúde ao meio rural poderia ser obtida nas próximas décadas, por intermédio da atuação permanente e direta de médicos, enfer

fermeiros, veterinários, engenheiros e dentistas, entre outros.

O caminho a seguir será então recorrer aos auxiliares devidamente capacitados para exercerem uma série de funções delegadas, com supervisão e apoio periódico da enfermeira de área e do médico. Para atividades assim programadas é indispensável, entretanto, motivar, mobilizar e obter a colaboração decisiva da comunidade e fazê-la consciente de sua participação atuante no programa, principalmente por intermédio dos seus líderes naturais, entre os quais se destacam os sacerdotes, professoras, boticários e escrivães, para que colaborem na seleção e indicação dos auxiliares a escolher.

O auxiliar, além do seu treinamento especial e de receber o material mínimo de trabalho, terá a sua atividade diária registrada em modelos, o mais simples possível, para avaliação, controle e supervisão, nas visitas periódicas da enfermeira e do médico, que sempre aproveitarão tais ocasiões para ensinar e orientar.

É indispensável que os auxiliares atuem vinculados a unidades de apoio, às quais encaminham os doentes ou os problemas que fogem à sua capacidade, e onde possam buscar orientação e recursos para atender a eventuais problemas. Essas seriam unidades de saúde onde existe médico permanente, unidades mistas ou integradas.

O Ministério da Saúde, por intermédio da F.SESP tem longa experiência na prestação de serviços a populações rurais de vários Estados, em especial na Amazonia e no Nordeste, e está ampliando suas ações nesse campo.

Dados da F.SESP informam que de 7 milhões e 600 mil domicílios existentes em área rural, somente 2,47% estão ligados à rede geral de distribuição d'água, enquanto 26% são abastecidos por nascentes. Quanto a instalações sanitárias, 1,6% possuem fossas sépticas, 23% fossas rudimentares e 75% não dispõem dessas instalações; 70 a 95% das habitações rurais lançam os seus despejos na superfície.

Outra informação é que cerca de 40% dos municípios brasileiros não dispõem de qualquer infra-estrutura de saúde e há Estados como o Maranhão, que tem na área rural, apenas

1 médico para 40.000 habitantes. Da pequena disponibilidade de serviços de saúde rural existentes, apenas 20 a 30% da população rural tem acesso aos mesmos e no Norte e Nordeste, os óbitos sem atestado médico alcançam a mais de 50% do total.

Tal situação justifica a decisão do Ministério da Saúde de expandir as ações de saúde às populações rurais, de acordo com os recursos humanos disponíveis e a participação ativa da comunidade rural e das administrações municipais.

Na região da área da Sudene, no norte do Estado de Minas Gerais, e no Estado de Pernambuco outras áreas de expansão de serviços de saúde rurais estão em implantação, compreendendo planos pilotos abrangendo municípios daquelas regiões.

O Ministério da Saúde, por intermédio da F.SESP, poderia proporcionar modelos, orientação e centros de treinamento para os auxiliares a serem aproveitados em programas semelhantes, organizados pelas Secretarias de Saúde dos Estados e Territórios, bem como das Prefeituras Municipais interessadas, atendidos, naturalmente os recursos técnicos da referida Fundação.

A Conferência chegou às seguintes conclusões e recomendações sobre este tema.

## TEMA V

### PROGRAMA DE EXTENSÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE ÀS POPULAÇÕES RURAIS

#### Conclusões e recomendações

É importante a extensão das ações de saúde às áreas rurais e às periferias urbanas, com os seguintes resultados:

- a - a racionalização na aplicação dos recursos financeiros;
- b - o estabelecimento de assistência imediata da demanda, diminuindo o afluxo às unidades mais diferenciadas;
- c - a interiorização do sistema, independente do concurso permanente de profissionais em todos os níveis;
- d - adequação dos recursos humanos às condições locais;
- e - o controle das doenças transmissíveis nas pequenas comunidades;
- f - a obtenção de dados que permitam o desenvolvimento do processo, programação, avaliação e controle;
- g - a possibilidade de estender às populações rurais, ações educativas em saúde.

Face à impossibilidade de fixação de medidas de menor densidade demográfica, há necessidade de interiorizar as ações básicas de saúde através de estruturas permanentes e simplificadas, integrando órgãos e entidades do setor saúde, visando ao seguinte:

- a) ações simplificadas de assistência médico-sanitária voltadas prioritariamente ao Grupo Materno-Infantil;
- b) o uso de pessoal auxiliar recrutado e selecionado em nível local é básico para estender as ações de saúde e saneamento às populações rurais. Tal pessoal deverá receber treinamento ajustado às ações a serem executadas;
- c) o uso de pessoal auxiliar impõe a necessidade periódica de supervisão por pessoal técnico de acordo com mecanismos pré-estabelecidos.

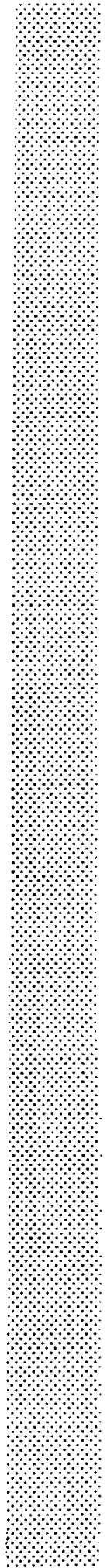
Recomenda assim, que a regionalização de serviços, hierarquizados em complexidade crescente, é um processo eficaz na descentralização da prestação de serviços básicos de saúde e de racionalização do uso da capacidade instalada e recursos humanos.

Que a regionalização é sempre válida quando não há separação das ações preventivas e curativas e que é importante considerar os aspectos de saneamento básico e da melhoria da habitação.

Recomenda, ainda, que a adoção de um modelo de "Regionalização de Serviços" é fundamental na implementação do "Sistema Nacional de Saúde", com a integração indispensável de todas as unidades a nível operativo, tanto públicas quanto privadas.

Recomenda que seja dada ênfase ao aproveitamento da capacidade instalada do setor público na regionalização de atividades inclusive.

**participantes**





DR. ATAHUALPA FERNANDEZ  
Médico  
Presidente da Associação de Hospitais do Pará  
Vice Presidente da Federação Brasileira de Hospitais  
Frei Cart Vila Nova 59  
Belém - Pará

DR. ALEXANDRE GOMES DE MENEZES NETTO  
Médico Sanitarista  
Setor Sergipe da SUCAM  
Rua de Itabaiana 276  
Tel: 2504  
Aracaju - SE

DR. AUGUSTO BASTOS FILHO  
Médico Sanitarista  
Coordenadoria de Saúde do Sul  
Ministério da Saúde  
Tel: 23-0834  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília - DF

DR. ADEMYR RODRIGUES DA SILVEIRA  
Médico  
Diretor  
Divisão Nacional de Lepra  
Ministério da Saúde  
Rua São Cristóvão, 1298  
Tel: 234-6403  
Rio de Janeiro - RJ



DR. ANTONIO DE DEUS DE OLIVEIRA MELLO  
Médico Sanitarista  
SUCAM  
Rua Pte. Coutinho, 92  
Tel: 22-5800  
Florianópolis - SC

DR. ARISTIDES CELSO FERREIRA LIMAVERDE  
Médico Sanitarista  
Diretor  
Serviço de Saúde dos Portos  
Praça Marechal Ancora S/N  
Tel: 224-5443

DR. AMADOR R. NEGhme  
Médico  
Diretor, Biblioteca Regional de Medicina OMS/OPAS  
Organização Panamericana da Saúde  
Rua Botucatu, 862 - Vila Clementina  
Tel: 71-1545  
São Paulo - SP

DR. ALVARO CERNE DE CARVALHO  
Médico  
Delegado Federal de Saúde  
Rua Deodoro, 22 - 2º andar  
Florianópolis - SC

DR. ANTONIO MARCIO JUNQUEIRA LISBOA  
Médico  
Assessor da Coordenação de Proteção  
Materno-Infantil  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília - DF

DR. ARNALDO FAIVRO BUSATO  
Médico  
Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Paraná  
Rua Engenheiro Rebouças, esquina Rua Periqui  
Tel: 24-6776  
Curitiba - PR

DR. ALBERTO GARNIER DE SOUZA  
Engenheiro  
Enc. Turma de Análises de Operações de Inseticida  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 7º andar  
Tel: 24-9605 Ramal 163  
Brasília - DF

DR. ANTONIO AUGUSTO CARDOSO DÓREA  
Assessor do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-4319  
Brasília - DF

DR. ALBERTO GONÇALVES NEVES  
Médico  
Assessor  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 6º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. ABEL TENORIO DE SOUZA ROCHA  
Médico  
Diretor da Divisão de Saúde - FSESP  
Av. Rio Branco, 251 - 13º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ALDIR HENRIQUE SILVA  
Odontólogo Sanitarista  
Assessor do Secretário Geral da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Brasília - DF

DR. ALDO OLMOS MOLINA  
Médico  
Chefe da Divisão de Saúde - FUNAI  
SAS Bloco "0" - 3º andar  
Brasília - DF

DR. ÁTILA FREITAS LIRA  
Economista  
Dir. do Departamento de Administração  
Assessor do Secretário de Saúde do Piauí  
Rua Álvaro Mendes  
Tel: 8233

DR. ALBERTO COUTINHO FILHO  
Médico  
Assessor da SNS  
Secretaria Nacional de Saúde  
Ministério da Saúde  
Tel: 260-8220  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ARMANDO DE JESUS CAMPOS  
Economista  
Assessor da Federação Brasileira de Hospitais  
Av. Nilo Peçanha, 50 - Grº 1508  
Tel: 242-0066  
Rio de Janeiro-RJ

DR. AGOSTINHO CRUZ MARQUES  
Médico  
Assessor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-6992  
Brasília - DF

DR. ANTONIO JORGE DE ALMEIDA  
Médico  
Assistente do Superintendente da Unidade de Planejamento  
(PAPPE)  
Av. Brasil 4046 - 9º andar  
Tel: 230-1679 e 260-4430  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ALVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES  
Médico  
Diretor Executivo da CAIS  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 24-5717  
Brasília - DF

DR. ADALBERTO CORRÊA CAFÁ  
Médico  
Diretor de Saúde da Marinha  
Ministério da Marinha  
Edifício Barão de Ladário  
Rua 1º de Março  
Rio de Janeiro - RJ

D.F.A. ANA MARIA BARAT  
Economista  
Assessora do Ministério da Saúde  
Av. Brasil  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ARESKY GOMES DE AMORIM  
Médico  
Membro do Conselho Nacional de Saúde  
Representante da Ação Nacional de Medicina  
Delegacia do Ministério da Saúde  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ALOYSIO DE BARROS ARAUJO  
Médico Sanitarista  
Ministério da Saúde  
Tel: 24-9605 Ramal 160  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília - DF

DR. AUGUSTO ALVES DE AMORIM  
Médico  
Coordenador de Assistência Médica e Hospitalar do  
Ministério da Saúde  
Rua Alvarenga Peixoto, 563  
Belo Horizonte - MG

DRA. ANNA VIRGINIA ALMEIDA MACHADO  
Secretária Executiva  
Assessora Particular do Ministro da Saúde  
Gabinete do Ministro  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília - DF

DR. ANTONIO CABRAL DE ANDRADE  
Técnico em Planejamento Social  
Assessor do Ministro de Planejamento para  
Assuntos do Conselho de Desenvolvimento Social  
Edifício BNDE, 12º andar - SBS  
Tel: 24-1684  
Brasília - DF

DR. ARLECIO ALEXANDRE GAZAL  
Diretor de Divisão  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Tel: 24-7319

DR. ANTONIO ALVES DUARTE  
Médico  
Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso  
Tel: 3024  
Cuiabá - MT

DR. ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO  
Médico  
Assessor -Coordenadoria de Saúde da Amazonia  
Ministério da Saúde  
Tel: 23-5089  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Brasília - DF

DR. AGOSTINHO SALDANHA DE LOYOLA  
Médico Sanitarista  
Chefe do Grupo de Planejamento Setorial  
Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social do Paraná  
Rua Engenheiro Rebouças, 1707 - 2º andar  
Tel: 24-7065

DRA. ABIGAIL VALOIS DE OLIVEIRA  
Médica  
Secretária do Conselho Nacional de Saúde  
Av. Brasil, 4046 - sala 408  
Tel: 260-6845  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ANTONIO ALCIDES KLUG  
Médico  
Chefe do Setor da SUCAM - Setor Paraná  
Rua Professor Ovídio da Costa, 639  
Tel: 42-2362

DR. ALEXANDRE DE AVILA BORGES JR.  
Farmacêutico  
Presidente do Conselho Federal de Farmácia  
Av. Liberdade, 834 - 5º andar  
Tel: 278-6475  
São Paulo - SP

DR. ANTONIO RODRIGUES RIBEIRO  
Engenheiro Sanitarista  
Fundação Serviços de Saúde Pública  
Diretor da Divisão de Engenharia e Ciências do Ambiente  
Av. Rio Branco, 251 - 14º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ALBERTO M. D. MAGALHÃES  
Médico Psiquiatra  
Diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental  
Ministério da Saúde  
Av. Pasteur, 296  
Tel: 226-8577  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ANTONIO VESPASIANO RAMOS  
Médico  
Coordenador de Assistência Médica  
Diretoria Geral do Funrural  
Rua Alcindo Guanabara, 24 - 3º andar  
Tel: 222-4734

DR. ARTHUR L. A. DE ALCANTARA  
Médico  
Membro do Conselho Nacional de Saúde  
Ministério da Saúde  
Av. Brasil  
Tel: 260-6845  
Rio de Janeiro

DR. ANUAR AUAD  
Médico  
Secretário de Saúde  
Governo do Estado de Goiás  
Rua 5 nº 615 - S.O.  
Tel: 2-4709  
Goiania - GO

DR. ADAIL MONTEIRO SANTANA Médico Sanitarista  
Chefe do Setor Piauí da SUCAM  
Av. Frei Serafim, 1869  
Tel: 3010  
Teresina - Piauí

DR. ANNIBAL RODRIGUES SANTOS  
Médico  
Chefe do Setor Ceará da SUCAM  
Rua José Lourenço, 680  
Tel: 24-0876  
Fortaleza - Ceará

DR. ANTONIO MENNA  
Médico  
Chefe do Escritório Regional Sul  
Organização Sanitária Panamericana OPAS/OMS  
C. Aceleno de Carvalho, 21 - 11º andar  
Tel: 25-7583  
Porto Alegre - RGS

DRA. ALBINA GUIMARÃES ALBUQUERQUE  
Médica Pediatra  
Fundação Hospital do Distrito Federal  
Secretaria de Saúde  
Av. W-3 Sul Inter quadras 509/508  
Tel: 42-5229  
Brasília - DF

DR. ALCEU DE CASTRO ROMEU  
Médico  
Assessor Técnico da Superintendência  
Campanha Nacional de Alimentação  
Ministério da Educação e Cultura  
Edf. Venâncio II - 1º andar  
Tel: 23-6192  
Brasília - DF

DR. AMARO LUIZ ALVES  
Técnico de Administração e Planejamento  
Secretaria Geral do Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco II - 8º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. ALDO VILLAS BOAS  
Médico  
Presidente  
Fundação Serviços de Saúde Pública  
Av. Rio Branco, 251 - 12º andar  
Rio de Janeiro

DRA. ANNA THEREZA LEMOS  
Coordenadora de Programas de Saúde Pedagoga  
Rua Rio de Janeiro, 2418  
Tel: 222-0211  
Belo Horizonte - MG





DR. BICHAT ALMEIDA RODRIGUES  
Médico-Sanitarista  
Coordenador da Região Sudeste  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília, DF

DR. BOLESLAU USSYK  
Médico-Sanitarista  
Delegado Federal de Saúde - 4.<sup>a</sup> Região Paraná  
Ministério da Saúde  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 1.640  
Tel: 24-2834  
Curitiba - PR

DR. BOLIVAR BASTOS GONÇALVES  
Delegado Federal de Saúde - 3.<sup>a</sup> Região  
Ministério da Saúde  
Rua dos Tabajaras, 268  
Tel: 26-8223  
Fortaleza - CE

DR. BENEDITO SOARES DE LYRA PESSÔA  
Dentista  
Secretaria de Saúde do Maranhão  
Rua Rio Branco, 251  
Tel: 2-1471  
São Luiz - MA

DR. BENEDITO JOAQUIM BARBOSA  
Psiquiatra  
Secretaria de Saúde  
Rua Crisanto Jobim, 700  
Manaus - AM

# C

DRA. CLARICE FERRARINI  
Enfermeira  
Hospital das Clínicas - São Paulo  
Av. Dr. Enéas Carvalho Aguiar, 225  
Tel: 81-4146  
São Paulo - SP

DR. CARLOS AUGUSTO TELLES DE BORBOREMA  
Secretário de Saúde do Amazonas  
Rua Joaquim Nabuco, s/nº  
Tel: 32-1130  
Manaus - AM

DR. CELIO DA CUNHA  
Professor Universitário  
Assessor MEC - DAU  
MEC - Esplanada dos Ministérios, 7º andar - s/721  
Tel: 23-7393  
Brasília - DF

DR. CARLOS ORLEANS BRANDÃO  
Secretário de Saúde do Maranhão  
Tel: 2-1471  
São Luís - MA

DR. CYRO COIMBRA DE RESENDE  
Coordenador da Proteção Materno-Infantil  
Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4036 - 5º andar  
Rio de Janeiro - RJ

DR. CARLOS JOSÉ MANGABEIRA DA SILVA  
Responsável pela Chefia do Setor Amazonas  
SUCAM  
Rua Comandante Alexandre Amorim, 339  
Tel: 32-4671  
Manaus - AM

DR. CRISTOVAM COLOMBO S. DANTAS  
Assessor do Ministro da Saúde  
Esplanada dos Ministérios, Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 24-9605 - Ramal 249  
Brasília, DF

DRA. CELIA MARIA DE ALMEIDA BRUNORO  
Assessor da Coordenação Materno-Infantil  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 24-9605 - Ramal 132  
Brasília - DF

DR. CLOVIS BEZERRA CAVALCANTI  
Secretário de Saúde da Paraíba  
Tel: 4706 e 4707  
João Pessoa - PB

DR. CARLOS JOSÉ HILBURG  
Engenheiro da Zona V  
Organização Panamericana de Saúde  
Av. Presidente Wilson, 164 - 7º andar  
Tel: 221-1064  
Rio de Janeiro - RJ

DR. CELSO ARCOVERDE DE FREITAS  
Diretor do Instituto de Endemias Rurais  
Fundação Oswaldo Cruz  
Estrada do Covança, 56  
Tel: 3-42-1093  
Rio de Janeiro - RJ

DR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO PEREIRA  
Diretor Regional  
Fundação Serviços de Saúde Pública  
Ministério da Saúde  
Av. 7 de Setembro, 379  
Tel: 5-3962  
Salvador - BA

DR. CARLOS FERRERO  
Asesor Regional Sistemas de Información en Salud  
Organización Panamericana de la Salud (OPAS/OMS)  
Los Cedros, 269  
San Isidro  
Tel: 40-9200  
Lima - PERÚ

DR. CARLOS BARREIROS TERRA  
Diretor da Divisão de Higiene do Trabalho  
Ministério do Trabalho  
Av. Presidente Antonio Carlos, 251 - 3º andar  
Tel: 232-1916  
Rio de Janeiro - RJ

DR. CARLOS LEOPOLDO PHILIPOVSKY  
Chefe do Setor de Proteção do Ambiente e Pesquisas Tecnológicas  
Fundação SESP  
Av. Rio Branco, 251 - 14º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

**d**

DR. DECIO ANDRADE PACHECO  
Médico  
Assessor Técnico da Secretaria Nacional  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-0797  
Brasília - DF

DRA. DALVA SAYEG  
Médica  
Ministério da Saúde - Rio de Janeiro  
Av. Brasil, 4.036  
Tel: 260-9898  
Rio de Janeiro - RJ

DR. DARCY FERREIRA MENEZES  
Médico-Sanitarista  
Chefe da Divisão de Preservação de Recursos Humanos (Saúde)  
SUDENE/MINTER  
Av. Prof. Moraes Rego - Cidade Universitária  
Tel: 27-0011 - Ramal 551  
Recife - PE

DR. DJALMA DE OLIVEIRA  
Médico  
Assessor da Divisão Nacional do Câncer  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 24-9494  
Brasília - DF

DR. DARIO FARIA TAVARES  
Médico  
Secretário de Saúde de Minas Gerais  
Secretaria de Saúde  
Av. Augusto de Lima, 385  
Tel: 224-8468  
Belo Horizonte - MG

DR. DARIO ALVES DOS SANTOS  
Médico  
Chefe da Divisão de Medicina da LBA/DB  
Ed. José Severo - s/216  
Tel: 24-5266  
Brasília - DF

DR. DURVAL DE ARAUJO GONÇALVES  
Médico  
Chefe do Setor Rio de Janeiro  
SUCAM - Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4.036  
Tel: 261-0309  
Rio de Janeiro - RJ

DRA. DULCE CASTRO MENDES  
Enfermeira  
Coordenadora de Recursos da Saúde de Minas Gerais  
Av. Augusto Lima, 785  
Tel: 224-9585  
Belo Horizonte - MG



DR. ERNESTO FESSEL  
Médico  
Coordenador de Unidades Médicas Assistenciais  
Secretaria de Assistência Médica - INPS  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Av. 13 de Maio, 13 - 21º andar  
Tel: 221-8193  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA  
Médico  
Superintendente da SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 23-6798  
Brasília - DF

DR. ERNANI BRAGA  
Médico  
Professor Adjunto  
Faculdade de Medicina  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Tel: 280-2522 - Ramal 774  
Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ

DR. ERNANI AGRICOLA  
Médico  
Vice-Presidente do Conselho Nacional de Saúde  
Av. Brasil, 4.036 - s/408  
Tel: 260-6845  
Rio de Janeiro - RJ

DR. EDILBERTO PARIGOT DE SOUZA FILHO  
Médico  
Chefe do Setor Acre da Sucam  
SUCAM - Ministério da Saúde  
Rua Cel. João Donato, 125  
Tel: 2513  
Rio Branco - AC

DR. EDINALDO ALVES PINHEIRO  
Médico  
Chefe do CEM  
SUCAM - Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 7º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. ERNESTO LIMA GONÇALVES  
Médico - Professor Universitário  
Diretor da Divisão de Saúde  
Universidade de São Paulo  
Av. Dr. Arnaldo, 455  
Tel: 256-4611  
São Paulo - SP

DR. EDMUNDO JUAREZ  
Médico  
Assessor do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 23-5089  
Brasília - DF

DR. ELYSIO PERÁSCO  
Médico  
Assessor - Secretaria Médica do INPS  
Secretaria de Assistência Médica - INPS  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Av. 13 de Maio, 13 - 26º andar  
Tel: 242-4267  
Rio de Janeiro - RJ

DR. EDMUR ARNALDO CHIEREGATTO  
Professor  
Secretário-Adjunto  
SEMOR  
Ed. B.N.D.E.  
Tel: 24-3039  
Brasília - DF



DR. EDUARDO SOLER  
Educador de Saúde Pública/Antropólogo Social  
Consultor em Educação para a Saúde  
Organização Panamericana da Saúde/OMS  
Ministério da Saúde - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839 e 23-9684  
Brasília, DF

CORONEL DR. EBERT JOSÉ SEIXAS DUARTE  
Assessor do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde.  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Brasília - DF

DRA. EUCLAIR MIRANDA DE OLIVEIRA  
Médica  
Diretora do Departamento de Medicina da  
Diretoria Nacional da L.B.A.  
Fundação Legião Brasileira de Assistência  
Av. General Justo, 275  
Tel: 222-3747  
Rio de Janeiro - RJ

DRA. ERMENGARDA DE FARIA ALVIM  
Enfermeira  
Diretora da Divisão de Estudo e Planejamento  
Fundação Serviços de Saúde Pública  
Av. Rio Branco, 251 - Caixa Postal 1.530  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. EURICO SUZART DE CARVALHO FILHO  
Médico  
Subsecretário de Saúde  
Secretário de Saúde do Estado do Rio  
Av. Marechal Câmara, 350 - 3º andar  
Tel: 232-0055  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ENRIQUE MORA  
Médico Veterinário  
Consultor em Medicina Veterinária  
OPS/OMS  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839  
Brasília - DF

# f

DR. FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA  
Superintendente da CAESB  
Cia. de Águas e Esgotos de Brasília - CAESB  
SCS - CAESB  
Tel: 24-9813  
Brasília - DF

DR. FERNANDO JOSÉ PEREIRA GOMES  
Diretor da Divisão de Epidemiologia, Estatística e Informação  
Fundação SESP  
Av. Rio Branco, 251 - 13º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. FLÁVIO VILHENA DE SALES DIAS  
Técnico de Administração  
SEMOR  
Setor Bancário Sul - Ed. do BNDE - 15º andar  
Tel: 23-2472  
Brasília - DF

DR. FRANCISCO LUIZ TORRES DE OLIVEIRA  
Técnico de Administração  
Subsecretário de Estudos Especiais da Secretaria Geral  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Rua Pedro Lessa, 36 - 12º andar  
Rio de Janeiro - RJ

DR. FEDERICO BRESANI  
Chefe do Escritório da OPS/OMS para o Brasil  
Organização Panamericana de Saúde  
Organização Mundial de Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-1839  
Brasília - DF

DR. FERNANDO VASCONCELLOS THEOPHILO  
INPS - Ministério da Previdência e Assistência Social  
SAS - Quadra 2 - Bloco L - 8º andar  
Tel: 43-5490  
Brasília - DF

DR. FRANCISCO BENEDETTI  
Diretor do Departamento e Assistência do IPASE  
Rua Pedro Lessa, 36  
Tel: 242-9584  
Rio de Janeiro - RJ

DR. FROYLAN R. MOITTA  
Engenheiro  
Diretor da Divisão Nacional de Engenharia Sanitária  
Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4.036  
Tel: 260-4427  
Rio de Janeiro - RJ

DR. FERNANDO SARMENTO PLECH  
Delegado Federal de Saúde da 13ª Região - Mato grosso  
Ministério da Saúde  
Av. Getúlio Vargas, 685  
Tel: 33-42  
Cuiabá - MT

DR. FABIO FONSECA SILVA  
Deputado Federal  
Presidente - C. Saúde da Câmara dos Deputados  
Tel: 24-0719  
Brasília - DF

DR. FRANCISCO GUIMARÃES ROLLEMBERG  
Deputado Federal  
Câmara dos Deputados  
Tel: 23-7548  
Brasília - DF

DR. FERNANDO OTTO VON SPERLING  
Engenheiro Civil e Sanitarista  
Assistente da Presidência da FSESP  
Rua Espírito Santo, 1.059 - 5º andar  
Tel: 224-8775  
Belo Horizonte - MG

DR. FRANCISCO DE PAULA CASTRO NETO  
Delegado Federal de Saúde da 1.<sup>a</sup> Região  
Ministério da Saúde  
Rua José Clemente, 322  
Manáus - AM

DR. FERNANDO PROENÇA DE GOUVÊA  
Médico  
Secretaria Higiene e Saúde Município de São Paulo  
Pavilhão Manoel de Nóbrega - Parque Ibirapuera  
Tel: 71-6251  
São Paulo - SP

DR. FRANCISCO SABOYA VALENTE  
Engenheiro Agrônomo  
Diretor Geral DNSC - MA  
Ministério da Agricultura  
Av. W3 Norte - Quadra 502 - Bloco B - Lojas 41/45  
Tel: 24-1148  
Brasília - DF

DR. FLAVIANO OJEDA VILLALBA  
Médico  
Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição  
SCS Ed. Chams, 4.<sup>o</sup> andar  
Tel: 24-0120 - Ramal 121  
Brasília - DF

DRA. FERNANDA EUGÊNIA LUZ DA MOTTA  
Médica  
INPS  
Av. W3 Sul - Quadra 714  
Brasília - DF

DR. FRANZ RULLI COSTA  
Secretário de Saúde e Ação Social do Território Federal do Amapá  
Av. FAB  
Tel: 2806  
Macapá - TFA



DR. GERSON SÁ PINTO COUTINHO  
Presidente da Central de Medicamentos  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
CEME  
Tel: 24-3529  
Brasília - DF

DR. GILSON FERREIRA DE LIMA  
Assessor do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-0797  
Brasília - DF

DR. GUILLERMO GARZON DIAS  
Engenheiro Arquiteto  
Encarregado da Turma de Planejamento e Operações  
Seção Operações de Inseticida  
Superintendência de Campanhas de Saúde - SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministério - Bloco 11 - 7º andar  
Tel: 24-9605  
BRASÍLIA - DF

DR. GILVAN ROCHA  
Médico - Senador  
Vice Presidente da Comissão de Saúde  
Senado Federal  
Anexo 11 - Gabinete 26  
Tel: 24-9009  
Brasília - DF

DR. GEORGE SCHAHIN  
Médico  
Administrador Hospitalar  
Diretor da Divisão Técnica do Hospital das Clínicas da  
UNICAMP  
Universidade Estadual de Campinas  
Rua Benjamin Constant, 1657  
Tel: 2-5836  
Campinas - SP

DR. GUILHERME DE MOURA MAGALHÃES  
Arquiteto  
Chefe da Seção de Operações de Iseticida  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 7º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. GETÓLIO FERNANDES TEIXEIRA  
Encarregado da Campanha de Bócio e Tracona do DF.  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 6º andar  
Tel: 24-9605 Ramal 162  
Brasília - DF

DR. GERALDO MARTINS  
Médico  
Chefe Setor - SUCAM  
Av. Beira Mar, 260  
Tel: 2-2653  
São Luis - Maranhão

DR. GASTON OXMAN  
Engenheiro - ST/PLEV  
OPAS/OMS  
525 - 23 rd. st. NW  
Washington D.C.  
Tel: 331 4307  
U.S.A. - 20014

DR. GERALDO JOSÉ MENELAU  
Médico  
Chefe de Epidemiologia da Malária - SUCAM  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 6º andar  
Tel: 24-9605 Ramal 160  
Brasília - DF



CONVIDADO ESPECIAL

DR. HECTOR R. ACUÑA

Médico

Diretor da Organização Panamericana da  
Saúde (OPAS)

Organização Panamericana da Saúde (Orga-  
nização Mundial da Saúde)

23 Street N.W. Washington, DC

20037

Tel: 223-47 - Area code 202

USA

DRA. HORTENSIA DEHOLLANDA

Educadora em Saúde

Diretora da Divisão Nacional de Educação Sanitária

Ministério da Saúde

Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar

Brasília - DF

DR. HUGO VITORINO ALQUERES BAPTISTA

Médico

Secretário de Serviços Médicos

Ministério da Previdência e Assistência Social

Palácio do Trabalho - 11º andar

Brasília - DF



DR. HELVECIO BOAVENTURA LEITE  
Médico  
Presidente  
Federação Brasileira de Hospitais  
Av. Nilo Peçanha, 50  
Tel: 242-3378  
Rio de Janeiro - RJ

DR. HENO JACOMO PERILLO  
Farmacêutico  
Diretor da LBA - Goiás  
Professor Universitário  
Faculdade de Farmácia  
Praça Universitária  
Tel: 6-1131  
Goiania - GO

DR. HERODOTO PINHEIRO RAMOS  
Médico  
Delegado Federal de Saúde da 4.<sup>a</sup> Região  
Ministério da Saúde  
Av. Conde da Boa Vista, 1570  
Tel: 22-1204  
Recife - Pernambuco

DR. HUMBERTO FASANARO  
Médico Sanitarista  
Assessor de Planejamento e Coordenador de Projeto de Saúde  
Secretaria de Saúde do Rio Grande do Norte  
Av. Junqueira Ayres, 488  
Tel: 2-3603  
Natal - RN

DR. HUMBERTO ABREU SOARES  
Médico  
Chefe da Seção Técnica da Delegacia Federal de Saúde da 6.<sup>a</sup> Região  
Ministério da Saúde  
Av. Augusto de Lima, 785  
Tel: 22-42321

DR. HUMBERTO TORLONI  
Médico  
Diretor da Divisão Nacional do Câncer  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-9494  
Brasília - DF

DR. HUMBERTO DANTAS GURGEL  
Médico  
Coordenador de Saúde  
Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba  
Av. Pedro II nº 1826  
Tel: 4706/7  
João Pessoa - Paraíba

DR. HARLEY PINHEIRO PADILHA  
Médico  
Diretor do Centro de Treinamento  
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia  
Av. Sete de Setembro, 280  
Tel: 5-0064  
Salvador - Bahia

DR. HERNAN ALBI DE LA FUENTE  
Engenheiro  
Assessor OPAS/OMS  
Organização Pan-Americana da Saúde  
Ministério das Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839  
Brasília - DF

DR. HELIO ANJOS ORTIZ  
Médico  
Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina  
SSI - 978  
Rua Trajano, 18  
Tel: 22-3788  
Florianópolis - SC

DR. HERNANDO CARDENAS  
Médico  
Assessor - OPAS/OMS  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Brasília - DF

DR. HENRIQUE MAIA PENIDO  
Médico  
Superintendente Substituto PAPPE  
Ministério da Saúde - 9º andar  
Rio de Janeiro - RJ

DR. HUDSON DE BARROS FILHO  
Médico Sanitarista  
Assessor do Secretário Geral do Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4036  
Tel: 230-1640  
Rio de Janeiro - RJ

DR. HELIO NOGUEIRA LOPES  
Médico  
Secretário de Saúde de Alagoas  
Secretaria de Saúde e Serviço Social de Alagoas  
Av. Duque de Caxias, 781  
Tel: 3-6084  
Maceio - Alagoas

DR. HELIO PEREIRA DIAS  
Funcionário Público  
Consultor Jurídico  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília - DF

DR. HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO  
Médico  
Pesquisador  
Instituto de Medicina Social U.E.R.J.  
Av. 28 de Setembro, 87 - Vila Isabel  
Tel: 254-3431  
Rio de Janeiro - RJ



DR. INOCÊNCIO GOMES DE OLIVEIRA  
Médico e Parlamentar  
Deputado Federal  
Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 343  
Tel: 23-7245  
Brasília - DF

DR. INOCÊNCIO NOGUEIRA LIMA  
Médico  
Diretor do Centro Regional de Estatística de Saúde do  
Nordeste (CRESNE)  
Fundação SESP  
Av. Rosa e Silva, 1.489  
Tel: 22-2125  
Recife - PE

DRA. IZAURA LOPES DE GODOY  
Enfermeira  
Supervisora  
Fundação SESP - Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-1073  
Brasília - DF

# j

DR. JOÃO YUNES

Médico

Assessor do Ministro da Saúde

Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar

Tel: 24-9605

Brasília - DF

DR. JAYME TREIGER

Médico

Serviços Médicos

Ministério da Previdência e Assistência Social

Av. Antonio Carlos, 131

Tel: 252-4259

Estado do Rio - RJ

DR. JACOB FREITAS ATAZZAN

Secretário de Saúde

Governo de Rondônia

Rua José de Alencar, 2.062

Tel: 2478

Porto Velho - RO

DR. JOSÉ AGRIPINO MENDES

Médico

Assessor do Presidente da FSESP

Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar

Tel: 24-1073

Brasília - DF

DR. JOAQUIM DE CASTRO FILHO  
Coordenador de Saúde do Nordeste  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 23-0834  
Brasília - DF

DR. JOSÉ GRANADO NEIVA  
Secretário de Assistência Médica e Social - INPS  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Av. 13 de Maio, 13 - 26º andar  
Tel: 242-4267  
Rio de Janeiro - RJ

DR. JOSÉ JUCIE DA CRUZ  
Chefe do Setor Pernambuco da SUCAM  
Rua Gois Cavalcante, 480 - PARNAMERIM  
Tel: 28-0398  
Recife - PE

DR. JAYME SANTOS NEVES  
Médico  
Diretor da Divisão Nacional de Tuberculose  
Rua do Resende, 128  
Tel: 232-3604  
Rio de Janeiro - RJ

DR. JOSÉ SMITH BRAZ  
Economista (MTD/MPAS)  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Esplanada dos Ministérios - Ed. do Ministério do Trabalho -  
5º andar  
Tel: 24-8473  
Brasília - DF

DR. JOSÉ DA SILVA GUEDES  
Assessor do Secretário de Saúde  
Secretaria da Saúde de São Paulo  
Av. São Luiz, 99  
Tel: 256-2747  
São Paulo - SP

DRA. JUDITH FEITOZA DE CARVALHO  
Enfermeira  
Assistente do Programa Materno-Infantil  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Brasília - DF

DR. JOSÉ MONIZ B. DE ARAGÃO  
Chefe do Setor SUCAM  
Ministério da Saúde  
Rua da Graça, 54  
Tel: 5-0318  
Salvador - BA

DR. JOÃO PEQUENO MADRUGA  
Chefe do Setor Paraíba  
SUCAM  
Rua das Trincheiras, 262  
Tel: 4803  
João Pessoa - PB

DR. JOÃO BAPTISTA CARIBE  
Delegado Federal de Saúde da 5ª Região  
Ministério da Saúde  
Rua Cláudio Manoel da Costa, 75  
Tel: 3-9314  
Salvador - BA

DR. JORGE JOSÉ COELHO TAVARES  
Diretor da Divisão de Saúde  
SESC - São Paulo  
Rua Dr. Vila Nova, 228 - 7º andar  
Tel: 256-0903  
São Paulo - SP

DR. JURANDI MENDES IVAN  
Secretário de Saúde do Piauí  
Rua Álvaro Mendes  
Tel: 8341  
Teresina - PI

DR. JOSÉ ADOLFO DE FIGUEIREDO  
Chefe da Divisão de Epidemiologia  
Secretaria de Saúde - Mato Grosso  
Palácio Alencastro, 7º andar  
Tel: 24-30  
Cuiabá - MT

DR. JULJAN D. CZAPSKI  
Secretário-Geral  
Federação Brasileira de Hospitais  
Rua Brigadeiro Luiz Antonio, 4.677  
Tel: 282-7799  
São Paulo - SP

DR. JORGE ARESTIVO  
Coordenador Regional do Sudeste  
OPS/OMS  
Rua Enéas Carvalho Aguiar, 188  
Tel: 80-3373  
São Paulo - SP

DR. JOSÉ RICHELIEU A. FILHO  
Subsecretário Regional de Assistência Médica  
INPS - Ministério da Previdência e Assistência Social  
Setor de Autarquias Sul, Bloco 5 - Quadra 4 - s/502  
Tel: 24-3919  
Brasília - DF

DR. JAEDER SOARES  
Delegado Federal de Saúde da 7.<sup>a</sup> Região - Espírito Santo  
Rua General Osório, 83 - 8º andar  
Edifício Portugal  
Tel: 3-5859  
Vitória - ES

DR. JUAN PONCE DE LEON  
Chefe do Escritório da Região Amazônica  
OPS/OMS  
Rua Conselheiro Furtado, 1.597  
Tel: 224-655  
Belém - PA

DR. JAIR DE O. SOARES  
Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul  
Av. Borges de Medeiros  
Tel: 24-1335  
RGS

DR. JOSÉ DE SOUZA TEIXEIRA  
Técnico de Administração  
SEMOR  
Secretaria de Planejamento da Presidência da República  
Setor Bancário Sul - Ed. BNDE - 15º andar  
Tel: 23-2472  
Brasília - DF

DR. JUDÁ DANTAS VANDERLEI  
Chefe do Setor Mato Grosso  
SUCAM  
Rua 24 de Outubro, 565  
Tel: 3378 e 2280  
Cuiabá - MT



DR. JOAQUIM RODRIGUES CAVALCANTI  
Chefe do Setor Espírito Santo  
SUCAM  
Rua Dom Pedro II, s/nº  
Tel: 70975  
Vitória - ES

DR. JOSÉ AUGUSTO DANTAS  
Médico-Assessor  
Coordenador de Saúde do Nordeste  
Esplanada dos Ministérios - Bloco II - 4º andar  
Tel: 23-0834  
Brasília - DF

DR. JOSÉ DE CAMPOS SAMPAIO  
Delegado Federal de Saúde do Estado de São Paulo  
Av. Ipiranga, 1.071  
Tel: 34-3356  
São Paulo - SP

DR. JOSÉ DE RIBAMAR PINTO SERRÃO  
Diretor do Hospital - HSU  
Hospital dos Servidores da União  
IPASE - Ministério da Previdência e Assistência Social  
Av. L2 Norte - Quadra 605  
Tel: 72-1402  
Brasília - DF

DR. JUAREZ COSTA DE ALBUQUERQUE  
Coronel R/1 do Exército  
Assessor do Diretor da D.S.I. e D.A.  
Esplanada dos Ministérios - Bloco II - 9º andar  
Tel: 24-3499  
Brasília - DF

DR. JOSÉ PAULO FILGUEIRA FILHO  
Médico Sanitarista  
Chefe da CÇDCH e CEMEM  
SUCAM  
Esplanada dos Ministérios - Bloco II - 7º andar  
Tel: 24-9605 - Ramal 163  
Brasília - DF

DR. JOÃO GUILHERME TELLES DE MENEZES  
Assessor da Secretaria de Assistência Médica  
Rua 13 de Maio, 13 - 26º andar  
Tel: 242-4267  
Rio de Janeiro - RJ

DR. JOSÉ DA ROCHA CAVALHEIRO  
Médico  
Assessor do Ministro da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 23-5089  
Brasília - DF

DR. JOÃO BOSCO RENO SALOMON  
Médico-Professor  
Fac. Ciências da Saúde - UnB  
Tel: 72-0000 - Ramal 2193  
Brasília - DF

DR. JOÃO BATISTA RISI JUNIOR  
Médico  
Chefe do Setor de Epidemiologia  
Fundação SESP  
Av. Rio Branco, 251 - 13º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. JOSÉ CARLOS SEIXAS  
Médico Sanitarista  
Secretário-Geral do Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 23-5089  
Brasília - DF

DR. JAYSON TUPY BARRETO  
Deputado Federal  
Vice-Presidente - Comissão de Saúde  
Câmara dos Deputados - Anexo III - s/345  
Tel: 23-2198  
Brasília - DF

DR. JOSÉ ALUISIO DE CASTRO  
Médico Sanitarista  
Observador do S.S. - DF  
Ministério da Saúde  
Av. W3 Sul - Interquadras nºs. 508 e 509  
Tel: 42-5229  
Brasília - DF

DR. JOSÉ MAGALHÃES DA SILVEIRA FILHO  
Médico Sanitarista - Unidade de Saúde  
Fundação Hospitalar do Distrito Federal  
Secretaria de Saúde do DF  
Av. W3 Sul - Interquadras nºs. 508 e 509  
Tel: 42-2952  
Brasília - DF

DR. JUAN EDILBERTO ANTEZANA PANIAGUA  
Médico Sanitarista  
OPAS - OMS  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839  
Brasília - DF



DR. LUIZ CARLOS MOREIRA DE SOUZA  
Secretário Nacional de Saúde  
Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4036 - Sala 813  
Tel: 260-7463  
Rio de Janeiro - RJ

DR. LÚCIO TAVARES DE MACEDO  
Médico Veterinário  
Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem  
Animal  
DIPOA - Ministério da Agricultura  
Edifício Gilberto Salomão - 13º andar - SCS  
Tel: 24-9414  
Brasília - DF

DR. LÚCIO GONÇALO DE ALCANTARA  
Secretário de Saúde do Estado do Ceará  
Rua Visconde de Mauã, 685  
Tel: 24-0066  
Fortaleza - Ceará

DRA. LUZIA DA SILVA  
Efermeira  
Escola de Enfermagem da UFMG  
Av. Alfredo Balena, S/N  
Tel: 224-3012  
Belo Horizonte - MG

DR. LUIZ CARLOS GALVÃO LOBO  
Diretor do Centro Latino Americano de Tecnologia Educacional  
para Saúde  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Organização Pan Americana de Saúde  
Centro de Ciências de Saúde - Bloco A - Sala 26  
UFRJ - Ilha do Fundão  
Tel: 230-2260  
Rio de Janeiro - RJ

DR. LUCIANO THEBANO BARRETO LIMA  
Técnico de Administração  
Assessor do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 23-8168  
Brasília - DF

DR. LUIZ IGNACIO DE ANDRADE LIMA NETO  
Vice Presidente da Federação Brasileira de Hospitais  
Av. Conde de Boa Vista, 1509  
Tel: 22-1193  
Recife - PE

DR. LAERTE SILVIO TRALDI  
Médico Veterinário  
Militar  
Polícia Militar do Estado de São Paulo  
SCS Edifício Ceará - 14º andar  
Tel: 23-5768  
Brasília - DF

DR. LEOPOLDO EDUARDO CASTRO  
Médico  
Chefe I - Escritório Regional OPAS/OM Nordeste  
OPAS/OMS  
Rua Rosa Silva, 1489  
Recife - PE

DR. LINCOLN PORTO DE QUEIROZ  
Médico  
Coordenador de Assistência Médica  
Sec. de Estado da Saúde de Minas Gerais  
Av. Augusto de Lima, 785  
Tel: 224-0903  
Belo Horizonte - MG

DRA. LÉA MARINA FAJARDO BALIEIRO DE JÁCOME  
Engenheira  
Banco Nacional de Habitação  
Av. Chile, 230  
Tel: 232-8899  
Rio de Janeiro - RJ

DR. LÉLIO BRINGEL CALHEIROS  
Assessor do Gabinete do Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 7º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. LAVOISIER MAIA SOBRINHO  
Secretário de Saúde do Rio Grande do Norte  
Av. Junqueira Ayres, 488  
Tel: 23-603  
Natal - RN

DR. LUDWIG WERNER KOCH  
Diretor do Setor de Engenharia em Pernambuco  
Fundação SESP  
Av. Rosa e Silva, 1489  
Tel: 22-1688  
Recife - PE

DR. LAURÊNIO LINS DE LIMA  
Presidente Substituto  
Fundação SESP  
Av. Rio Branco, 251 - 12º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. LUIS ALBERTO OLMOS MOLINA  
Chefe do Setor Goiás  
SUCAM  
Rua 18 nº 106 - Centro  
Tel: 607-22  
Goiânia - GO



DR. MANOEL DO CARMO OLIVEIRA  
Militar - Cirurgião Dentista  
Diretor da LBA  
Praça dos Três Poderes  
Tel: 23-4764  
Brasília - DF

DRA. MARIA RITA D'ANGELO SEIXAS  
Psicóloga  
UnB  
Campus Universitário  
Tel: 72-0000  
Brasília - DF

DR. MAURÍCIO FIGUEIREDO LEITE  
Funcionário Público Federal  
Subchefe do Gabinete do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 23-7384  
Brasília - DF

DR. MARCO ANTONIO FIORI  
Professor  
Universidade Estadual de Londrina  
Campus Universitário  
Tel: 22-3200  
Londrina - Paraná

DRA. MARIA ROSA SOUSA PINHEIRO  
Enfermeira  
Diretora - Escola de Enfermagem  
Escola de Enfermagem Universidade de São Paulo  
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419  
Tel: 256-5408  
São Paulo - SP

DR. MANOEL ETELVINO DA CUNHA NETO  
Farmacêutico  
Chefe do Setor Malariologista do Rio Grande do Norte  
SUCAM  
Ministério da Saúde  
Rua Junqueira Aires, 408  
Tel: 2-1412  
Rio Grande do Norte

DR. MANOEL DA COSTA SOUZA  
Médico  
Secretário de Saúde  
Secretaria de Saúde do Estado do Acre  
Tel: 2753  
Rio Branco - Acre

DRA. MARIA INÊS JACON  
Economista  
Técnico de Planejamento  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. MANOEL BIANCHI  
Agente de Saúde  
Chefe de Setor  
SUCAM  
Rua Turnã, 83  
Tel: 227-7228  
São Paulo - SP

DR. MARCIO REINALDO DIAS MOREIRA  
Economista  
Assessor do Secretário Geral do Ministério da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 23-5089  
Brasília - DF



DR. MAX HERBERT BERNER  
Médico Sanitarista  
Delegado Federal de Saúde da 12.<sup>a</sup> Região  
Ministério da Saúde  
Rua Vigário José Inácio, 303 - 4.<sup>o</sup> andar  
Tel: 24-5608  
Porto Alegre - RGS

DR. MURILLO VILLELA BASTOS  
Médico  
Assessor do Ministro da Previdência e Assistência Social  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Rua Pedro Lessa, 36 - 11.<sup>o</sup> andar  
Tel: 231-2349  
Rio de Janeiro - RJ

DR. MANUEL AYRES  
Médico  
Secretário de Saúde do Pará  
Rua Presidente Pernambuco  
Tel: 23-1180  
Belém - Pará

DR. MURILLO BELCHIOR  
Médico  
Presidente  
Conselho Federal de Medicina  
Av. Rio Branco, 18 - 18.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro - RJ

DRA. MARIA JOSÉ DE LIMA  
Enfermeira  
Coordenadora de Planejamento da SAM  
Instituto Nacional de Previdência Social  
Av. 13 de Maio, 13 - 25.<sup>o</sup> andar  
Tel: 231-3197  
Rio de Janeiro - RJ

DR. MARIO DE M. CHAVES  
Médico  
Representante da Fundação Kellogg  
Rua México, 41 - Sala 704  
Tel: 221-6775  
Rio de Janeiro - RJ

DRA. MARIA BERILA CONCEIÇÃO  
Médica  
Secretaria Geral-PAPPE e Conselho Nacional de Saúde  
Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4046  
Rio de Janeiro - RJ

DR. MARCO AURELIO PACHECO DE BRITO  
Economista  
Técnico de Planejamento e Pesquisa  
SEPLAN/Presidência da República  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 7 - 9º andar S/911  
Tel: 24-8510 Ramal 211  
Brasília - DF

DR. MANOEL ESTEVÃO DE UZÊDA LUNA FILHO  
Médico Sanitarista  
Chefe de Seção de Erradicação e Controle Endemias Rurais  
Setor Alagoas  
SUCAM  
Tel: 3-2863  
Rua Epaminondas Gracindo, 57-Tel: 3-4573  
Maceió - AL

DRA. MARISA DURÃO  
Técnico de Administração  
Coordenador de Convênios  
INPS - Secretaria de Assistência Médica  
Rua 13 de Maio, 13 - 25º andar  
Tel: 221-6578  
Rio de Janeiro - RJ

DRA. MARIA FRANCISCA TERESA VIANA COSTA  
Médica  
Nutrólogo  
INAM  
Ed. Chams, 4º andar - SCS  
Brasília - DF

DR. MANOEL JOSÉ FERREIRA  
Sanitarista  
Superintendente da PAPPE  
Secretaria Geral  
Ministério da Saúde  
Tel: 260-4430  
Rio de Janeiro - RJ

DR. MARCOS DE CARVALHO CANDAU  
Sociólogo  
Secretário de Assistência Social  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Rua São Salvador, 56  
Tel: 265-9448  
Rio de Janeiro - RJ

DR. MOZART DE ABREU E LIMA  
Técnico de Administração  
Secretário de Planejamento  
INAM  
Ed. Chams - 4º andar - SCS  
Tel: 24-0870  
Brasília - DF

DR. MIGUEL CLETO MOREIRA FILHO  
Assessor  
Departamento de Ensino Fundamental  
Ministério da Educação e Cultura  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "L" - 6º andar  
Brasília - DF

DR. MARCOS ANTONIO SOARES PORTO  
Médico  
Chefe Setor Roraima da SUCAM  
Superintendência de Campanha de Saúde Pública  
SUCAM  
Tel: 2411/2087  
Caixa Postal 179 - Boa Vista - Roraima

DR. MARIO PALHA DE MORAES BITTENCOURT  
Médico Militar  
Chefe da 9ª Seção - Saúde  
Estado Maior das Forças Armadas  
Esplanada dos Ministérios - EMFA  
Brasília - DF

DRA. MARIA STELLA DO VALLE BEZERRA WINGE  
Psicóloga  
Chefe do Núcleo de Planejamento  
Secretaria Geral  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

**n**

DRA. NELLY RODÓ  
Enfermeira Assessora OPAS/OMS  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839  
Brasília - DF

DR. NEWTON WIESMANN GUIMARÃES  
Médico - Coordenador de Distribuição  
Central de Medicamentos  
Esplanada dos Ministérios - Ed. do DASP - Bloco 7 - 4º andar  
Tel: 23-1728  
Brasília - DF

DR. NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES  
Administrador de Empresas  
Coordenador-Geral do Projeto Rondon  
Av. W3 - SQN 502 - Bloco B - Lotes 5/6  
Tel: 24-7716  
Brasília - DF

DR. NEWTON POTSCHE MAGALHÃES  
Médico - Diretor do Instituto Fernandes Figueira  
Fundação Oswaldo Cruz - Ministério da Saúde  
Av. Rui Barbosa, 716  
Tel: 225-6047  
Rio de Janeiro - RJ

DR. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO  
Médico - Secretário de Saúde do Distrito Federal  
Governo do Distrito Federal  
Edifício Pioneiras Sociais - 9º andar  
Tel: 24-9159  
Brasília - DF

DRA. NAIR CARMEN DE OLIVEIRA HAMANN  
Educadora-Pedagoga  
Assessoria Técnica - EMBRATER  
Edifício Araguaia - 5º andar  
Tel: 24-0120  
Brasília - DF

DR. NATHANAEL DANTA RAMOS  
Médico - Chefe de Gabinete  
Secretaria de Saúde  
Av. Beira Mar, s/nº  
Tel: 7-1486  
Rio de Janeiro - RJ

DRA. NINA VIVINA PEREIRA NUNES  
Médica - Professor  
Inst. de Med. Social  
U.E.R.J.  
Rua Teodoro da Silva, 48 - Vila Isabel  
Tel: 254-3431  
Rio de Janeiro - RJ



DR. OLYMPIO OLIVEIRA RIBEIRO DA FONSECA  
Médico - Membro do Conselho Nacional de Saúde  
Instituto Oswaldo Cruz  
Tel: 230-9988  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ORLANDO RIBEIRO GONÇALVES  
Médico Sanitarista  
Coordenador do Grupo Setorial da Indústria Farmacêutica  
Ministério da Indústria e do Comércio - STI  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 7 - 4º andar - s/403  
Tel: 24-4643  
Brasília - DF

DR. OSWALDO MARTINS REIS  
Professor Universitário - Médico  
Assessor - Professor CENDEC/IPEA/SEPLAN  
Faculdade de Ciências da Saúde  
Universidade de Brasília  
Tel: 72-0000 - ramal 2269  
Brasília - DF

DR. OSWALDO LOPES DA COSTA  
Médico - Presidente da Fundação Oswaldo Cruz  
F.O.C.  
Av. Brasil - Manguinhos  
Tel: 256-7444  
Rio de Janeiro - RJ

DR. ODILON MARTINS ROMEO  
Advogado  
Diretor da SUDECO  
Ministério do Interior  
SAS - 3º andar - Lote 1  
Tel: 72-3206  
Brasília - DF

**P**

DR. PROPICIO CALDAS FILHO  
Médico  
Coordenador Saúde Centro Oeste  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 23-0834  
Brasília - DF

DR. PAULO DE BARROS LYRA  
Médico  
Assessor  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 23-5089  
Brasília - DF

DR. PAULO NOBREGA  
Farmacêutico-Químico  
Diretor do LCCDMA  
Ministério da Saúde  
Coelho e Castrob  
Tel: 243-1805  
Rio de Janeiro - RJ

DR. PAULO ROBERTO PINHEIRO DE MENDONÇA  
Engenheiro  
Chefe dos Serviços de Engenharia da  
FSESP em Alagoas  
Praça dos Palmares, 232 - 6º andar - Centro  
Tel: 36459  
Maceió - AL



DR. PAULO HELENIO CARVALHO  
Tec. Planejamento e Pesquisa  
Assessor  
SEMOR  
SBS - Ed. BNDE  
Tel: 23-2578  
Brasília - DF

DR. PAULO ROBERTO HUMMEL  
Eng. Adm. de Empresas  
Coordenador pela FGV  
Esc. de Adm. de Empresas de S. Paulo  
Rua Tupi, 441  
Tel: 67-0363  
São Paulo - SP

DR. PLINIO TEOFILLO DE AGUIAR  
Médico  
Assessor do Presidente  
Fundação de Serviços de Saúde Pública  
Av. Rio Branco, 251 - 12º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. PEDRO DE LUCENA DIAS  
Médico  
Deputado Federal  
Câmara dos Deputados  
Brasília - DF

DR. PEDRO CALDAS DA CUNHA  
Médico  
Delegado Federal de Saúde - 8ª Região  
Av. Brasil, 4.036  
Tel: 260-9122 - Ramal 290  
Rio de Janeiro - RJ

DR. PEDRO MONTEIRO GONDIM  
Engenheiro  
Fundação Serviços de Saúde Pública  
Av. Rio Branco, 251 - 12º andar  
Tel: 232-8066  
Rio de Janeiro - RJ

DR. PEDRO S.J. KASSAB  
Médico  
Associação Médica Brasileira  
Conselho Nacional de Saúde  
Rua São Carlos do Pinhal, 324  
Tel: 287-0324  
São Paulo - SP

DR. PAULO PINTO  
Médico  
Chefe da Seção Médico-Assistencial  
USIMINAS  
Rua Timbiras, 2.349  
Tel: 335-3522  
Belo Horizonte - MG

DR. PEDRO VELOSO DA COSTA  
Médico  
Secretário de Saúde de Pernambuco  
Secretaria de Saúde  
Rua Osvaldo Cruz, s/nº  
Tel: 22-2135  
Recife - PE

DR. PEDRO CALHEIROS BOMFIM  
Professor Universitário  
Presidente da L.B.A.  
Legião Brasileira de Assistência  
Av. General Justo, 275  
Rio de Janeiro - RJ

**r**

DR. RENATO C. FALCÃO

Médico

Assessor do Ministro da Previdência e Assistência Social

Rua Pedro Lessa, 36 - 11º andar

Tel: 231-2345

Rio de Janeiro - RJ

DR. RENÉ MENDES

Diretor Técnico

Fundacentro

Rua Traipu, 527

Tel: 67-5141

São Paulo - SP

DR. RAIMUNDO SIEBRA DE BRITO

Médico

Chefia do Setor Minas Gerais

SUCAM

Rua Curitiba, 705 - 8º andar

Tel: 224-7569

Belo Horizonte-MG

DR. RAFAEL CESAR DE OLIVEIRA FILHO

Técnico de Planejamento

Secretaria Geral

Ministério da Saúde

Av. Brasil, 4046

Tel: 260-9122 Ramal 433

Rio de Janeiro - RJ

DR. ROBERTO MARTINS ALCANTARA  
Médico  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Rua São Salvador, 56  
Rio de Janeiro - RJ

DR. RAIMUNDO TELES PONTES  
Economista  
Técnico de Planejamento  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. RAWLINSON NUNES MOURÃO  
Técnico de Planejamento e Administração  
Ministério do Interior - SAS  
Tel: 23-5010 Ramal 297  
Brasília - DF

DR. RUY DO CARMO PEREIRA DE AGUIAR  
Técnico de Educação  
Coordenador de Saúde  
D.R.H. - SUDECO  
Ministério do Interior - 3º andar - SAS  
Tel: 24-6709  
Brasília - DF

DRA. REGINA MARIA LOTT COUTINHO DUTRA  
Socióloga  
Técnico de Planejamento  
Ministério da Saúde  
Av. Brasil, 4226  
Tel: 260-9122 Ramal 433  
Rio de Janeiro - RJ

DR. RAYNERO DE CARVALHO MAROJA  
Delegado Federal de Saúde da 2ª Região  
Rua Conselheiro Furtado, 1597  
Tel: 22-5800  
Belém - Pará

DR. RONALDNYR ALONSO DA COSTA  
Médico - Professor  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Palácio do Trabalho  
Av. Antonio Carlos  
Tel: 242-808 Ramal 632  
Rio de Janeiro - RJ

DR. RAIMUNDO RODRIGUES DA COSTA  
Chefe do Setor Amapá  
SUCAM  
Av. Feliciano Coelho, 489  
Tel: 2359  
Macapá - Amapá

DR. ROBERTO RAPHAEL WEBER  
Diretor Geral do Departamento Nacional de Segurança e  
Higiene do Trabalho  
Palácio do Trabalho  
Av. Presidente Antonio Carlos, 251 - 3º andar  
Tel: 232-1395  
Rio de Janeiro - RJ

# S

DR. SÉRGIO FRANCISCO PIOLA  
Médico  
Técnico de Planejamento  
IPEA/CNRH  
Ed. do BNDE - 12º andar  
Tel: 23-9347  
Brasília - DF

DRA. SONIA DAHER  
Enfermeira  
Assessora da SAM/INPS  
Secretaria de Assistência do INPS  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Av. 13 de Maio, 13 - 26º andar  
Tel: 224-2673  
Rio de Janeiro - RJ

DR. SOLON DE CAMARGO  
Médico  
Assessor Técnico - Combate à Campanha Esquistossomose  
Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 6º andar  
Brasília - DF

DR. SERGIO RAYMUNDO NEGRÃO DE SOUZA FRANCO  
Médico  
Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 24-3319/24-5269  
Brasília - DF

DR. SANTIAGO REYES  
Bioquímico  
Parasitólogo  
Repartição Sanitária Panamericana (OMS)  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839  
Brasília - DF

DR. SEBASTIÃO CABRAL  
Médico  
Secretário de Saúde do Estado do Espírito Santo  
Av. Beira Mar, s/nº  
Vitória - ES

DR. SOLON MAGALHÃES VIANNA  
Cirurgião-Dentista  
Técnico de Planejamento e Pesquisa  
Secretaria de Planejamento da Presidência da República  
IPEA/CNRH  
Ed. do BNDE - 12º andar  
Tel: 23-9317  
Brasília - DF

DR. SYDNEY COSTA  
Economista  
Inspetor Geral de Finanças  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 24-7053  
Brasília - DF

DRA. SONIA MARIA DE SOUSA DUAILIBE  
Técnico em Desenvolvimento Econômico  
Coordenador Geral executivo  
Projeto Rondon  
Ministério do Interior  
SAS - Bloco A  
Tel: 24-4378  
Brasília - DF

# S

DR. SÉRGIO FRANCISCO PIOLA  
Médico  
Técnico de Planejamento  
IPEA/CNRH  
Ed. do BNDE - 12º andar  
Tel: 23-9347  
Brasília - DF

DRA. SONIA DAHER  
Enfermeira  
Assessora da SAM/INPS  
Secretaria de Assistência do INPS  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Av. 13 de Maio, 13 - 26º andar  
Tel: 224-2673  
Rio de Janeiro - RJ

DR. SOLON DE CAMARGO  
Médico  
Assessor Técnico - Combate à Campanha Esquistossomose  
Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 6º andar  
Brasília - DF

DR. SERGIO RAYMUNDO NEGRÃO DE SOUZA FRANCO  
Médico  
Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 24-3319/24-5269  
Brasília - DF



DR. SANTIAGO REYES  
Bioquímico  
Parasitólogo  
Repartição Sanitária Panamericana (OMS)  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 23-0839  
Brasília - DF

DR. SEBASTIÃO CABRAL  
Médico  
Secretário de Saúde do Estado do Espírito Santo  
Av. Beira Mar, s/nº  
Vitória - ES

DR. SOLON MAGALHÃES VIANNA  
Cirurgião-Dentista  
Técnico de Planejamento e Pesquisa  
Secretaria de Planejamento da Presidência da República  
IPEA/CNRH  
Ed. do BNDE - 12º andar  
Tel: 23-9317  
Brasília - DF

DR. SYDNEY COSTA  
Economista  
Inspetor Geral de Finanças  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar  
Tel: 24-7053  
Brasília - DF

DRA. SONIA MARIA DE SOUSA DUAILIBE  
Técnico em Desenvolvimento Econômico  
Coordenador Geral executivo  
Projeto Rondon  
Ministério do Interior  
SAS - Bloco A  
Tel: 24-4378  
Brasília - DF

U

DRA. URSULA MANNY TEIXEIRA  
Estatístico  
Técnico de Planejamento  
Secretaria Geral  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 8º andar  
Tel: 24-9605  
Brasília - DF

DR. UBALDO PORTO DANTAS  
Médico  
Secretário  
Secretaria de Saúde da Bahia  
Av. 7, 286  
Tel: 50064  
Salvador - Bahia

DR. ULISSES BEZERRA POTIGUAR  
Médico  
Deputado Federal  
Câmara dos Deputados  
Brasília - DF



DR. VICENTE CAPARELLI DE OLIVEIRA  
Médico  
Coordenador de Assistência  
Médica do INPS  
Ministério da Previdência e Assistência Social  
Rua 13 de Maio, 13 - 26º andar  
Tel: 262-4267  
Rio de Janeiro - RJ

DR. VALTERLINDO MIRANDA LOPES  
Advogado  
Assessor - D.S.I.  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 9º andar  
Tel: 24-9551  
Brasília - DF

DR. VICENTE PINTO MUSA  
Médico  
Diretor da Divisão Técnica  
Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
(SUCAM) - MS  
Av. Brasil, 4.036 - 7º andar  
Tel: 260-6109  
Rio de Janeiro - RJ

DR. VINICIUS FONSECA  
Economista  
Presidente da FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Av. Brasil  
Rio de Janeiro - RJ

DR. VINICIUS WAGNER  
Médico Sanitarista  
Diretor da Div. Nac. Epid. e Estatística da Saúde  
Secretaria Nacional de Saúde  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 3º andar  
Tel: 24-0847  
Brasília - DF

DR. VICTOR GOMES PINTO  
Cirurgião-Dentista  
Téc. Planejamento e Pesquisa  
IPEA - CNRH  
Ed. BNDE - 12º andar  
Tel: 23-9317  
Brasília - DF

DR. VALTER ANTONINHO BIANCHINI  
Bioquímico  
Secretaria de Saúde do T.F. de Roraima  
Secretaria de Saúde de Roraima  
Tel: 2350  
Boa Vista - RO

DR. VALÉRIO RODRIGUES  
Médico  
Deputado Federal  
Câmara dos deputados  
Câmara - Gabinete 132  
Tel: 23-9893  
Brasília - DF

# W

DR. WALTER LESER  
Professor Universitário  
Secretário da Saúde de São Paulo  
Secretaria de Saúde  
Av. São Luis, 99 - 10º andar  
Tel: 256-2747  
São Paulo - SP

DR. WILLIAM E. MULDOON  
Administração  
Chefe da Administração da Organização Panamericana  
(PAHO)  
Pan American Health Organization 23 rd Street  
Washington, D.C. - USA

DR. WOODROW PIMENTEL PANTOJA  
Médico  
Secretário de Saúde  
Estado do Rio de Janeiro  
Av. Marechal Câmara, 350 - 3º andar  
Rio de Janeiro - RJ

DR. WALTER SILVA  
Médico  
Diretor da DNOSA,  
Ministério da Saúde  
Esplanada dos Ministérios - Bloco 11 - 4º andar Sala 39  
Brasília - DF

DR. WILSON DA COSTA FALCÃO  
Médico  
Deputado Federal  
Câmara dos Deputados - Gabinete 298  
Tel: 23-4248  
Brasília - DF

# Z

DR. ZOÊNIO MOTA GUEIROS

Médico

Chefe do Setor Pará da SUCAM

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

Setor Pará - SUCAM

Av. Nazaré, 582

Tel: 22-0456

Belém - PA

DR. ZENILDO PINTO DO NASCIMENTO

Médico

Chefe do Setor Rondônia da SUCAM

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

Av. Duque de Caxias, 592

Tel: 3471

Porto Velho - RO

---

Secretaria da V Conferência Nacional de Saúde  
Edifício Ministério da Saúde - 8º andar  
Esplanada dos Ministérios - Bloco II  
Telefone: 24-9605 - Ramais 140/141  
70.000 Brasília - DF





Fundação Visconde de Cabo Frio  
Departamento de Congressos